



E-book

**100 questões inéditas de  
Legislação Tributária Estadual**

**SEFAZ PI**



## APRESENTAÇÃO

Olá, pessoal!

É com imensa satisfação que apresentamos o e-book de 100 questões inéditas de Legislação Tributária Estadual para o concurso da SEFAZ-PI!

Como, ao longo de sua preparação, é fundamental que vocês resolvam diversas questões para estarem mais preparados, sabemos que este e-book será de grande utilidade. Nosso objetivo é proporcionar mais uma valiosa ferramenta de estudo para deixá-los mais perto de sua aprovação.

Aproveitem muito este material! Bons estudos!

Equipe Estratégia Concursos

# SUMÁRIO

<b>LEI Nº 6.949/2017, QUE REGULA O PROCESSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO DA SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO PIAUÍ</b>	<b>5</b>
<b>DECRETO Nº 21.866/2023, QUE REGULAMENTA O IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES RELATIVAS À CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE INTERESTADUAL E INTERMUNICIPAL E DE COMUNICAÇÃO - ICMS.</b>	<b>18</b>
<b>LEI Nº 4.254/1988, QUE DISCIPLINA SOBRE AS TAXAS NO ESTADO DO PIAUÍ</b>	<b>33</b>
<b>LEI Nº 4.257/1989, QUE DISCIPLINA A COBRANÇA DO IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES RELATIVAS À CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE INTERESTADUAL E INTERMUNICIPAL E DE COMUNICAÇÃO - ICMS.</b>	<b>40</b>
<b>LEI Nº 4.261/1989, QUE DISCIPLINA O IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO "CAUSA MORTIS" E DOAÇÃO DE QUAISQUER BENS OU DIREITOS</b>	<b>55</b>
<b>LEI Nº 4.548/1992, QUE DISPÕE SOBRE O IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE DE VEÍCULOS AUTOMOTORES, IPVA.</b>	<b>62</b>

## LEI Nº 6.949/2017, QUE REGULA O PROCESSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO DA SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO PIAUÍ

01. De acordo com a Lei nº 6.949, de 11 de janeiro de 2017, que regula o Processo Administrativo Tributário da Secretaria da Fazenda do Estado do Piauí, no que se refere às verbas remuneratórias, julgue o item a seguir.

Compete ao Presidente do Tribunal autorizar os pagamentos do Corpo Deliberativo e do Corpo Administrativo do Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais - TARF.

### Comentários:

“Compete ao ~~Presidente do Tribunal~~ autorizar os pagamentos do Corpo Deliberativo e do Corpo Administrativo do Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais - TARF.”

De acordo com o § 3º do art. 100, da Lei nº 6.949/2017, é competência do Secretário da Fazenda, e não do Presidente do Tribunal, autorizar os pagamentos do Corpo Deliberativo e do Corpo Administrativo do TARF.

Lei nº 6.949/17 – Dispõe sobre o Processo Administrativo Tributário da Secretaria da Fazenda do Estado do Piauí:

*Art. 100. [...]*

*§ 3º Compete ao Secretário da Fazenda autorizar os pagamentos do Corpo Deliberativo e do Corpo Administrativo do Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais - TARF.*

Portanto, o gabarito é ERRADO.

**Gabarito: ERRADO**

02. De acordo com a Lei nº 6.949, de 11 de janeiro de 2017, que regula o Processo Administrativo Tributário da Secretaria da Fazenda do Estado do Piauí, no que se refere às verbas remuneratórias, julgue o item a seguir.

Os Conselheiros, o Procurador do Estado e os Secretários das Câmaras perceberão, mensalmente, indenização por sessão a que comparecerem, no valor de R\$ 480,00 (quatrocentos e oitenta reais) por sessão, limitada a dez sessões por mês.

### Comentários:

“Os Conselheiros, o Procurador do Estado e os Secretários das Câmaras perceberão, mensalmente, indenização

por sessão a que comparecerem, no valor de R\$ 480,00 (quatrocentos e oitenta reais) por sessão, limitada a dez sessões por mês.”

Será devida indenização, mensalmente, aos Conselheiros, o Procurador do Estado e os Secretários das Câmaras, por sessão a que comparecerem, no importe de R\$ 480,00 (quatrocentos e oitenta reais) por sessão, limitada, contudo, a seis sessões mensais, e não a dez, conforme previsto no art. 100, da Lei nº 6.949/2017.

Lei nº 6.949/17 – Dispõe sobre o Processo Administrativo Tributário da Secretaria da Fazenda do Estado do Piauí:

*Art. 100. Os Conselheiros, o Procurador do Estado e os Secretários das Câmaras perceberão, mensalmente, indenização por sessão a que comparecerem, no valor de R\$480,00 (quatrocentos e oitenta reais) por sessão, limitada a seis sessões por mês. (Redação do caput dada pela Lei Nº 7785 DE 19/04/2022).*

Portanto, o gabarito é ERRADO.

### Gabarito: ERRADO

**03. De acordo com a Lei nº 6.949, de 11 de janeiro de 2017, que regula o Processo Administrativo Tributário da Secretaria da Fazenda do Estado do Piauí, no que se refere à estrutura organizacional do Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais - TARF, julgue o item a seguir.**

**O TARF é constituído por um Corpo Deliberativo, composto pelos Conselheiros e Procurador do Estado, compreendendo a Primeira e a Segunda Câmaras Recursais; por um Corpo Administrativo, compreendendo os servidores encarregados de executar o seu expediente; e pela representação plenária, reunindo as duas Câmaras.**

### Comentários:

A questão descreve corretamente a constituição do TARF, conforme definida no art. 94, da Lei nº 6.949/2017. Assim, o TARF é composto por um Corpo Deliberativo, por um Corpo Administrativo e pela representação plenária. Lei nº 6.949/17 – Dispõe sobre o Processo Administrativo Tributário da Secretaria da Fazenda do Estado do Piauí:

*Art. 94. O Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais - TARF é constituído:*

- I - por um Corpo Deliberativo, composto pelos Conselheiros e Procurador do Estado, presidido na forma do caput do art. 98, compreendendo Primeira e Segunda Câmaras Recursais.*
- II - por um Corpo Administrativo, compreendendo os servidores encarregados de executar o seu expediente;*
- III - pela representação plenária, reunindo as duas câmaras, nos casos previstos na presente lei.*

Portanto, o gabarito é CERTO.

**Gabarito: CERTO.**

**04. De acordo com a Lei nº 6.949, de 11 de janeiro de 2017, que regula o Processo Administrativo Tributário da Secretaria da Fazenda do Estado do Piauí, no que se refere à composição do Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais - TARF, julgue o item a seguir.**

**É permitida a nomeação do Conselheiro, como representante da Fazenda Estadual, quando o auditor fiscal se encontrar a serviço de outra esfera governamental.**

### Comentários:

“É permitida a nomeação do Conselheiro, como representante da Fazenda Estadual, quando o auditor fiscal se encontrar a serviço de outra esfera governamental.”

Contrariamente ao mencionado na assertiva, quando o auditor fiscal estiver a serviço de outra esfera governamental, é vedada a sua nomeação como Conselheiro representante da Fazenda Estadual, conforme § 7º do art. 89, da Lei nº 6.949/2017.

Lei nº 6.949/17 – Dispõe sobre o Processo Administrativo Tributário da Secretaria da Fazenda do Estado do Piauí:

*Art. 89. O Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais - TARF é composto com 12 (doze) conselheiros de livre nomeação do Governador do Estado, sendo 6 (seis) representantes da Fazenda Estadual e 6 (seis) representantes dos contribuintes.*

*[...]*

*§ 7º É defeso a nomeação do Conselheiro, como representante da Fazenda Estadual, quando o auditor fiscal encontrar-se a serviço de outra esfera governamental. (Redação do parágrafo dada pela Lei Nº 7001 DE 13/07/2017)*

Portanto, o gabarito é ERRADO.

**Gabarito: ERRADO**

05. De acordo com a Lei nº 6.949, de 11 de janeiro de 2017, que regula o Processo Administrativo Tributário da Secretaria da Fazenda do Estado do Piauí, no que se refere à decisão de primeira instância, julgue o item a seguir.

É monocrática a decisão de primeira instância, cabendo a cada julgador, individualmente, a responsabilidade direta pelo controle da legalidade objetiva inerente ao processo administrativo fiscal, podendo formar livremente sua convicção sobre a matéria litigiosa.

## Comentários:

A assertiva reproduz corretamente a literalidade do art. 86, da Lei nº 6.949/2017, o qual estabelece que a decisão proferida em primeira instância é monocrática, sendo responsabilizado diretamente cada julgador, individualmente, pelo controle da legalidade objetiva referente ao processo administrativo fiscal, podendo, ademais, no que se relaciona à matéria litigiosa, formar livremente a sua convicção.

Lei nº 6.949/17 – Dispõe sobre o Processo Administrativo Tributário da Secretaria da Fazenda do Estado do Piauí:

*Art. 86. É monocrática a decisão de primeira instância, cabendo a cada julgador, individualmente, a responsabilidade direta pelo controle da legalidade objetiva inerente ao processo administrativo fiscal, podendo formar livremente sua convicção sobre a matéria litigiosa.*

Portanto, o gabarito é CERTO.

**Gabarito: CERTO.**

06. De acordo com a Lei nº 6.949, de 11 de janeiro de 2017, que regula o Processo Administrativo Tributário da Secretaria da Fazenda do Estado do Piauí, no que se refere ao Corpo de Julgadores - COJUL, julgue o item a seguir.

É assegurada remuneração plena aos julgadores enquanto no exercício da atividade judicante.

## Comentário:

De acordo com o art. 85, da Lei nº 6.949/2017, é garantida aos julgadores, durante o exercício da atividade judicante, remuneração plena.

Lei nº 6.949/17 – Dispõe sobre o Processo Administrativo Tributário da Secretaria da Fazenda do Estado do Piauí:

*Art. 85. É assegurada remuneração plena aos julgadores enquanto no exercício da atividade judicante.*

Portanto, o gabarito é CERTO.

**Gabarito: CERTO.**

**07. De acordo com a Lei nº 6.949, de 11 de janeiro de 2017, que regula o Processo Administrativo Tributário da Secretaria da Fazenda do Estado do Piauí, no que se refere ao processo de restituição, julgue o item a seguir.**

**A restituição de tributo pago indevidamente pelo sujeito passivo deve ser efetuada após o reconhecimento do direito pela autoridade competente, na forma definida em regulamento.**

### Comentários:

Exatamente como previsto no art. 81, da Lei nº 6.949/2017, o qual prevê que, após a autoridade competente reconhecer o direito, será realizada a restituição do tributo pago, de forma indevida, pelo sujeito passivo.

Lei nº 6.949/17 – Dispõe sobre o Processo Administrativo Tributário da Secretaria da Fazenda do Estado do Piauí:

*Art. 81. A restituição de tributo pago indevidamente pelo sujeito passivo deve ser efetuada após o reconhecimento do direito pela autoridade competente, na forma definida em regulamento.*

Portanto, o gabarito é CERTO.

**Gabarito: CERTO.**

**08. De acordo com a Lei nº 6.949, de 11 de janeiro de 2017, que regula o Processo Administrativo Tributário da Secretaria da Fazenda do Estado do Piauí, no que se refere à comunicação da resposta à consulta, julgue o item a seguir.**

**Se o consulente não for encontrado, será comunicado da resposta dada à consulta mediante edital.**

### Comentários:

“Se o consulente não for encontrado, será comunicado da resposta dada à consulta ~~mediante edital.~~”

Na hipótese de o consulente não ser encontrado, será intimado, por edital, a comparecer na Gerência de Tributação, no prazo de 5 (cinco) dias, para receber a resposta, sob pena de ser a consulta considerada sem efeito, como estabelece o § 2º do art. 80, da Lei nº 6.949/2017.

Lei nº 6.949/17 – Dispõe sobre o Processo Administrativo Tributário da Secretaria da Fazenda do Estado do Piauí:

*Art. 80. [...]*

*§ 2º Se o consulente não for encontrado, será intimado, por edital, a comparecer na Gerência de Tributação, no prazo de 5 (cinco) dias, para receber a resposta, sob pena de ser a consulta considerada sem efeito.*

Portanto, o gabarito é ERRADO.

**Gabarito: ERRADO**

**09. De acordo com a Lei nº 6.949, de 11 de janeiro de 2017, que regula o Processo Administrativo Tributário da Secretaria da Fazenda do Estado do Piauí, no que se refere aos efeitos da resposta à consulta, julgue o item a seguir.**

**Das respostas da Unidade de Administração Tributária - UNATRI caberá pedido de reconsideração ao Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais - TARF, com efeito suspensivo, dentro de 30 (trinta) dias contados da data da ciência.**

## Comentários:

“Das respostas da Unidade de Administração Tributária - UNATRI caberá ~~pedido de reconsideração~~ ao Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais - TARF, com efeito suspensivo, dentro de 30 (trinta) dias contados da data da ciência.”

Nos termos do art. 79, da Lei nº 6.949/2017, cabará recurso voluntário ao TARF, com efeito suspensivo, das respostas proferidas pela UNATRI, no prazo de 30 (trinta) dias contados a partir da data da cientificação.

Lei nº 6.949/17 – Dispõe sobre o Processo Administrativo Tributário da Secretaria da Fazenda do Estado do Piauí:

*Art. 79. Das respostas da Unidade de Administração Tributária - UNATRI cabará recurso voluntário ao Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais - TARF, com efeito suspensivo, dentro de 30 (trinta) dias contados da data da ciência.*

Portanto, o gabarito é ERRADO.

**Gabarito: ERRADO**

10. De acordo com a Lei nº 6.949, de 11 de janeiro de 2017, que regula o Processo Administrativo Tributário da Secretaria da Fazenda do Estado do Piauí, no que se refere aos efeitos do processo de consulta, julgue o item a seguir.

Não produzirá efeito a consulta formulada sobre fato praticado por estabelecimento, em relação ao qual tiver sido lavrado termo de início de fiscalização. Referido termo deixará de ser impedimento de consulta depois de decorridos 60 (sessenta) dias, contados da data da sua lavratura ou de sua prorrogação.

## Comentários:

Com o transcurso de 60 (sessenta) dias, contados da sua lavratura ou de sua prorrogação, o termo de início de fiscalização deixará de ser fator impeditivo que consulta formulada sobre fato praticado por estabelecimento produza efeito, de acordo com o § 1º do art. 74, da Lei nº 6.949/2017.

Lei nº 6.949/17 – Dispõe sobre o Processo Administrativo Tributário da Secretaria da Fazenda do Estado do Piauí:

*Art. 74. Não produzirá efeito a consulta formulada:*

*I - sobre fato praticado por estabelecimento, em relação ao qual tiver sido:*

*[...]*

*c) lavrado termo de início de fiscalização;*

*[...]*

*§ 1º O termo a que se refere a alínea "c" do inciso I deixará de ser impedido de consulta depois de decorridos 60 (sessenta) dias, contados da data da sua lavratura ou de sua prorrogação, essa comprovada nos termos do § 2º do art. 20.*

Portanto, o gabarito é CERTO.

**Gabarito: CERTO.**

11. De acordo com a Lei nº 6.949, de 11 de janeiro de 2017, que regula o Processo Administrativo Tributário da Secretaria da Fazenda do Estado do Piauí, no que se refere aos acréscimos legais incidentes na consulta, julgue o item a seguir.

Se na resposta da consulta o imposto for considerado devido e a consulta for formulada fora do prazo previsto para o recolhimento normal do imposto, não adotando o interessado o entendimento contido na resposta no prazo que lhe for assinalado, a multa de mora e os juros moratórios incidirão, sem qualquer suspensão ou interrupção, a partir do vencimento do prazo para o pagamento normal do imposto fixado na legislação.

## Comentários:

---

Exatamente como previsto no inciso IV do § 2º do art. 73, da Lei nº 6.949/2017, o qual estabelece, para a hipótese mencionada na assertiva, a incidência da multa de mora e dos juros moratórios a partir do vencimento do prazo para recolhimento normal do imposto fixado na legislação, sem qualquer suspensão ou interrupção.

Lei nº 6.949/17 – Dispõe sobre o Processo Administrativo Tributário da Secretaria da Fazenda do Estado do Piauí:

*Art. 73. [...]*

*§ 2º Se na resposta da consulta o imposto for considerado devido, esta produzirá os seguintes efeitos quanto aos acréscimos legais:*

*[...]*

*IV - se a consulta for formulada fora do prazo previsto para o recolhimento normal do imposto e se o interessado não adotar o entendimento contido na resposta no prazo que lhe for assinalado, a multa de mora e os juros moratórios incidirão, sem qualquer suspensão ou interrupção, a partir do vencimento do prazo para o pagamento normal do imposto fixado na legislação.*

Portanto, o gabarito é CERTO.

### Gabarito: CERTO.

**12. De acordo com a Lei nº 6.949, de 11 de janeiro de 2017, que regula o Processo Administrativo Tributário da Secretaria da Fazenda do Estado do Piauí, no que se refere ao processo de consulta, julgue o item a seguir.**

**A apresentação de consulta pelo contribuinte ou responsável suspenderá o curso do prazo para pagamento do imposto, em relação à situação sobre a qual for pedida a interpretação da legislação aplicável. A suspensão do prazo não produzirá efeitos relativamente ao imposto devido sobre as demais operações realizadas, sendo permitido o aproveitamento do crédito controvertido antes do recebimento da resposta.**

## Comentários:

---

“A apresentação de consulta pelo contribuinte ou responsável suspenderá o curso do prazo para pagamento do imposto, em relação à situação sobre a qual for pedida a interpretação da legislação aplicável. A suspensão do prazo não produzirá efeitos relativamente ao imposto devido sobre as demais operações realizadas, **permitido** o aproveitamento do crédito controvertido antes do recebimento da resposta.”

Diferentemente do afirmado, na hipótese descrita na assertiva, **é vedado**, e não permitido, o aproveitamento do crédito controvertido antes do recebimento da resposta, como disposto no § 1º do art. 73, da Lei nº 6.949/2017. Lei nº 6.949/17 – Dispõe sobre o Processo Administrativo Tributário da Secretaria da Fazenda do Estado do Piauí:

*Art. 73. A apresentação de consulta pelo contribuinte ou responsável, inclusive pelo substituto:*

*I - suspenderá o curso do prazo para pagamento do imposto, em relação à situação sobre a qual for pedida a interpretação da legislação aplicável;*

*[...]*

*§ 1º A suspensão do prazo não produzirá efeitos relativamente ao imposto devido sobre as demais operações realizadas, vedado o aproveitamento do crédito controvertido antes do recebimento da resposta.*

Portanto, o gabarito é ERRADO.

**Gabarito: ERRADO**

**13. De acordo com a Lei nº 6.949, de 11 de janeiro de 2017, que regula o Processo Administrativo Tributário da Secretaria da Fazenda do Estado do Piauí, no que se refere à Procuradoria Geral do Estado, julgue o item a seguir.**

**Compete à Procuradoria Geral do Estado promover a cobrança executiva da Dívida Ativa Estadual e representar a Fazenda Estadual, em juízo, em todas as ações resultantes de atos praticados por autoridades fazendárias.**

## Comentários:

A questão reproduz corretamente a literalidade do art. 68, da Lei nº 6.949/2017, o qual atribui à Procuradoria Geral do Estado a competência para realizar a cobrança executiva da Dívida Ativa do Estado, bem como, em todas as ações derivadas de atos realizados por autoridade fazendária, representar em juízo a Fazenda Estadual.

Lei nº 6.949/17 – Dispõe sobre o Processo Administrativo Tributário da Secretaria da Fazenda do Estado do Piauí:

*Art. 68. Compete à Procuradoria Geral do Estado promover a cobrança executiva da Dívida Ativa Estadual e representar a Fazenda Estadual, em juízo, em todas as ações resultantes de atos praticados por autoridades fazendárias.*

Portanto, o gabarito é CERTO.

**Gabarito: CERTO.**

14. De acordo com a Lei nº 6.949, de 11 de janeiro de 2017, que regula o Processo Administrativo Tributário da Secretaria da Fazenda do Estado do Piauí, no que se refere à cobrança executiva, julgue o item a seguir. Os créditos do Estado, antes de serem encaminhados à cobrança executiva, deverão ser inscritos em dívida ativa pelo órgão preparador.

## Comentários:

“Os créditos do Estado, antes de serem encaminhados à cobrança executiva, deverão ser inscritos em dívida ativa pelo órgão preparador.”

Como previsto no art. 67, da Lei nº 6.949/2017, antes de serem enviados à cobrança executiva, os créditos do Estado serão inscritos em dívida ativa pela Procuradoria Geral do Estado, e não pelo órgão preparador como incorretamente afirmado na questão.

Lei nº 6.949/17 – Dispõe sobre o Processo Administrativo Tributário da Secretaria da Fazenda do Estado do Piauí:

*Art. 67. Os créditos do estado, antes de serem encaminhados à cobrança executiva deverão ser inscritos em dívida ativa pela procuradoria Geral do estado.*

Portanto, o gabarito é ERRADO.

**Gabarito: ERRADO**

15. De acordo com a Lei nº 6.949, de 11 de janeiro de 2017, que regula o Processo Administrativo Tributário da Secretaria da Fazenda do Estado do Piauí, no que se refere ao depósito do crédito tributário, julgue o item a seguir.

Tendo efetuado depósito do crédito tributário, no todo ou em parte, como requisito de admissibilidade do recurso, a decisão definitiva contrária ao sujeito passivo acarretará a conversão do depósito em renda, nos casos em que não haja comprovação da propositura de ação judicial no prazo legal.

## Comentários:

“Tendo efetuado depósito do crédito tributário, no todo ou em parte, ~~como requisito de admissibilidade do recurso~~, a decisão definitiva contrária ao sujeito passivo acarretará a conversão do depósito em renda, nos casos em que não haja comprovação da propositura de ação judicial no prazo legal.”

De acordo com o art. 66, da Lei nº 6.949/2017, o depósito do crédito tributário tem como objetivo evitar a aplicação dos acréscimos legais ou para liberar mercadoria, e não a admissibilidade do recurso como incorretamente mencionado na questão.

Lei nº 6.949/17 – Dispõe sobre o Processo Administrativo Tributário da Secretaria da Fazenda do Estado do Piauí:

*Art. 66. Tendo efetuado depósito do crédito tributário, no todo ou em parte, para evitar a aplicação dos acréscimos legais, ou para liberar mercadoria, a decisão definitiva contrária ao sujeito passivo acarretará a conversão do depósito em renda, nos casos em que não haja comprovação da propositura de ação judicial no prazo de que trata o art. 65, devendo o órgão preparador: [...]*

Portanto, o gabarito é ERRADO.

**Gabarito: ERRADO**

**16. De acordo com a Lei nº 6.949, de 11 de janeiro de 2017, que regula o Processo Administrativo Tributário da Secretaria da Fazenda do Estado do Piauí, no que se refere às decisões, julgue o item a seguir.**

**São definitivas as decisões de primeira instância, esgotado o prazo para recurso voluntário sem que esse tenha sido interposto, e na parte que não for objeto de recurso voluntário ou não estiver sujeita a recurso de ofício.**

## Comentários:

Exatamente como previsto no art. 64 da Lei nº 6.949/2017, o qual prevê a definitividade das decisões proferidas em primeira instância quando não interposto recurso voluntário no prazo legal, bem como da parte da decisão não discutida em recurso voluntário ou que não couber recurso de ofício.

Lei nº 6.949/17 – Dispõe sobre o Processo Administrativo Tributário da Secretaria da Fazenda do Estado do Piauí:

*Art. 64. São definidas as decisões:*

*I - de primeira instância, esgotado o prazo para recurso voluntário sem que este tenha sido interposto;*

*[...]*

*Parágrafo único. Serão também definitivas as decisões de primeira instância na parte que não for objeto de recurso voluntário ou não estiver sujeita a recurso de ofício.*

Portanto, o gabarito é CERTO.

**Gabarito: CERTO.**

**17. De acordo com a Lei nº 6.949, de 11 de janeiro de 2017, que regula o Processo Administrativo Tributário da Secretaria da Fazenda do Estado do Piauí, no que se refere aos impedimentos, julgue o item a seguir. Os Conselheiros Auditores Fiscais ficam impedidos de atuarem nos processos em que tenham participado, salvo quando indiretamente, da acusação ou do julgamento em Primeira Instância.**

## Comentários:

“Os Conselheiros Auditores Fiscais ficam impedidos de atuarem nos processos em que tenham participado, **salvo** quando indiretamente, da acusação ou do julgamento em Primeira Instância.”

Contrariamente ao afirmado, ainda quando a participação for indireta, ficam impedidos de atuarem nos processos os Conselheiros Auditores Fiscais que participaram da acusação ou do julgamento em Primeira Instância, como previsto no § 1º, art. 63, da Lei nº 6.949/2017.

Lei nº 6.949/17 – Dispõe sobre o Processo Administrativo Tributário da Secretaria da Fazenda do Estado do Piauí:

*Art. 63. [...]*

*§ 1º Igual impedimento existirá em relação aos Conselheiros Auditores Fiscais nos processos em que tenham participado, ainda que indiretamente, da acusação ou do julgamento em Primeira Instância.*

Portanto, o gabarito é ERRADO.

**Gabarito: ERRADO**

**18. De acordo com a Lei nº 6.949, de 11 de janeiro de 2017, que regula o Processo Administrativo Tributário da Secretaria da Fazenda do Estado do Piauí, no que se refere aos julgadores, julgue o item a seguir. O julgador é considerado suspeito para atuar no processo quando for autor do procedimento fiscal ou tiver emitido parecer ou tenha interferido no processo em qualquer condição ou a qualquer título.**

## Comentários:

“O julgador é considerado ~~suspeito~~ para atuar no processo quando for autor do procedimento fiscal ou tiver emitido parecer ou tenha interferido no processo em qualquer condição ou a qualquer título.”

Diferentemente do afirmado, nas situações descritas na assertiva, o julgador estará impedido, e não suspeito, de atuar no processo, como disposto no art. 62 da Lei nº 6.949/2017.

Lei nº 6.949/17 – Dispõe sobre o Processo Administrativo Tributário da Secretaria da Fazenda do Estado do Piauí:

*Art. 62. O julgador está impedido de atuar no processo quando:*

*I - for autor do procedimento fiscal;*

*[...]*

*IV - tiver emitido parecer ou tenha interferido no processo em qualquer condição ou a qualquer título.*

Portanto, o gabarito é ERRADO.

**Gabarito: ERRADO**

**19. De acordo com a Lei nº 6.949, de 11 de janeiro de 2017, que regula o Processo Administrativo Tributário da Secretaria da Fazenda do Estado do Piauí, no que se refere ao recurso, julgue o item a seguir.**

**O recurso, salvo quando perempto, será recebido pelo órgão de segunda instância.**

### Comentários:

“O recurso, ~~salvo quando~~ perempto, será recebido pelo órgão de segunda instância.”

Diferentemente do afirmado, ainda que perempto, o recurso será recebido pelo órgão de segunda instância que julgará a perempção, como disposto no art. 61 da Lei nº 6.949/2017.

Lei nº 6.949/17 – Dispõe sobre o Processo Administrativo Tributário da Secretaria da Fazenda do Estado do Piauí:

*Art. 61. O recurso, mesmo perempto, será recebido pelo órgão de segunda instância que julgará a perempção.*

Portanto, o gabarito é ERRADO.

**Gabarito: ERRADO**

**20. De acordo com a Lei nº 6.949, de 11 de janeiro de 2017, que regula o Processo Administrativo Tributário da Secretaria da Fazenda do Estado do Piauí, no que se refere aos acórdãos de segunda instância, julgue o item a seguir.**

**O inteiro teor dos acórdãos será mantido em banco de dados conectado à internet, à disposição dos interessados, sendo que a disponibilização do acórdão em sítio eletrônico produzirá o mesmo efeito de publicação no Diário Oficial do Estado.**

### Comentários:

De acordo com os §§ 4º e 5º do art. 56, da Lei nº 6.949/2017, deverão os acórdãos, em seu inteiro teor, serem

mantidos em banco de dados conectado à internet, produzindo a disponibilização do acórdão, aos interessados, em sítio eletrônico o mesmo efeito da publicação no Diário Oficial do Estado.

Lei nº 6.949/17 – Dispõe sobre o Processo Administrativo Tributário da Secretaria da Fazenda do Estado do Piauí:

*Art. 56. [...]*

*§ 4º O inteiro teor dos acórdãos será mantido em banco de dados conectado à internet, à disposição dos interessados.*

*§ 5º A disponibilização do acórdão em sítio eletrônico produzirá o mesmo efeito de publicação no Diário Oficial do estado.*

Portanto, o gabarito é CERTO.

**Gabarito: CERTO.**

## **DECRETO Nº 21.866/2023, QUE REGULAMENTA O IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES RELATIVAS À CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE INTERESTADUAL E INTERMUNICIPAL E DE COMUNICAÇÃO - ICMS.**

**01. Conforme o Decreto nº 21.866/2023, que trata do ICMS, avalie o item subsequente:**

**A concessão de regime especial de tributação não veda a utilização de outros mecanismos ou incentivos que resultem em redução de carga tributária.**

### **Comentários:**

“A concessão de regime especial de tributação **não** veda a utilização de outros mecanismos ou incentivos que resultem em redução de carga tributária.”

O parágrafo 3 do Artigo 2º estabelece que a concessão de um regime especial de tributação impede a utilização de outros mecanismos ou incentivos que tenham como resultado a redução da carga tributária para o contribuinte beneficiado por esse regime especial.

Essa restrição visa garantir que, ao beneficiar um contribuinte com um regime tributário especial que pode envolver condições mais favoráveis de pagamento de impostos ou obrigações acessórias, não haja a possibilidade de que o mesmo contribuinte utilize simultaneamente outros mecanismos ou incentivos que levem a uma redução adicional na carga tributária.

*Art. 2º A Administração Fazendária, no interesse do controle da fiscalização e arrecadação, e objetivando simplificar a aplicação da legislação tributária, e ainda, tendo em vista a atividade econômica do estabelecimento e a natureza das operações ou prestações nele realizadas, poderá, na forma da legislação tributária, dispor sobre a adoção de regime especial com vistas ao cumprimento das obrigações tributárias, principal e acessórias.*

*§ 3º A concessão de regime especial de tributação veda a utilização de outros mecanismos ou incentivos que resultem em redução de carga tributária.*

Portanto, o gabarito é ERRADO.

**Gabarito: ERRADO**

**02. Conforme o Decreto nº 21.866/2023, que trata do ICMS, avalie o item subsequente:**

**A Administração Fazendária, no interesse do controle da fiscalização e arrecadação, com o objetivo de simplificar a aplicação da legislação tributária, e ainda tendo em vista a atividade econômica do estabelecimento e a natureza das operações ou prestações nele realizadas, poderá, na forma da legislação tributária, dispor sobre a adoção de regime especial com vistas ao cumprimento das obrigações tributárias, principal e acessórias.**

## Comentários:

Perfeito. O Artigo 2º estabelece que a Administração Fazendária, visando ao controle da fiscalização e da arrecadação, e com o objetivo de simplificar a aplicação da legislação tributária, pode, de acordo com a legislação tributária vigente, estabelecer um regime especial para determinados estabelecimentos.

Esse regime especial pode ser adotado levando em consideração a atividade econômica do estabelecimento, a natureza das operações ou prestações realizadas nele e outros fatores relevantes. Esse regime especial visa facilitar o cumprimento das obrigações tributárias, tanto as principais (como o pagamento de impostos) quanto as acessórias (como obrigações de prestação de informações), de forma mais adequada às circunstâncias específicas da empresa ou do estabelecimento em questão.

*Art. 2º A Administração Fazendária, no interesse do controle da fiscalização e arrecadação, e objetivando simplificar a aplicação da legislação tributária, e ainda, tendo em vista a atividade econômica do estabelecimento e a natureza das operações ou prestações nele realizadas, poderá, na forma da legislação tributária, dispor sobre a adoção de regime especial com vistas ao cumprimento das obrigações tributárias, principal e acessórias.*

Portanto, o gabarito é CERTO.

**Gabarito: CERTO**

**03. Conforme o Decreto nº 21.866/2023, que trata do ICMS, avalie o item subsequente:  
Não será concedido regime especial de tributação ao contribuinte com irregularidades cadastrais.**

### Comentários:

Perfeito. O Inciso I do Artigo 4º estabelece que não será concedido um regime especial de tributação a um contribuinte que apresente irregularidades cadastrais. Isso significa que, se um contribuinte tiver problemas ou inconsistências em seu cadastro fiscal, ele não será elegível para receber um tratamento tributário especial ou diferenciado.

*Art. 4º Não será concedido regime especial de tributação ao contribuinte:  
I - com irregularidades cadastrais;*

Portanto, o gabarito é CERTO.

**Gabarito: CERTO**

**04. Conforme o Decreto nº 21.866/2023, que trata do ICMS, avalie o item subsequente:  
Não será concedido regime especial de tributação ao contribuinte que tenha incorrido em infração dolosa, com simulação, fraude ou conluio.**

### Comentários:

Perfeito. O Inciso IV do Artigo 4º determina que contribuintes que tenham intencionalmente infringido as leis fiscais através de simulação, fraude ou conluio não serão contemplados com regimes especiais de tributação. Isso significa que aqueles que tenham agido de forma fraudulenta, buscando enganar as autoridades ou obter vantagens ilegítimas, não terão direito a benefícios tributários diferenciados. Essa medida visa manter a integridade do sistema fiscal, desencorajando comportamentos ilícitos e garantindo que os benefícios fiscais sejam concedidos apenas a contribuintes que estejam em conformidade com a lei e ajam de maneira ética e transparente.

*Art. 4º Não será concedido regime especial de tributação ao contribuinte:  
IV - que tenha incorrido em infração dolosa, com simulação, fraude ou conluio;"*

Portanto, o gabarito é CERTO.

**Gabarito: CERTO**

05. Conforme o Decreto nº 21.866/2023, que trata do ICMS, avalie o item subsequente:

**Será excluído do Regime Especial de Tributação, hipótese em que somente poderá requerer novo regime transcorrido o prazo de 01 (um) ano, contado da data da exclusão, o contribuinte que permanecer por mais de 60 (sessenta) dias em situação fiscal irregular em razão das hipóteses previstas no Decreto.**

## Comentários:

Perfeito. O Inciso I do Artigo 30 estabelece que um contribuinte será excluído do Regime Especial de Tributação se permanecer por mais de 60 dias em situação fiscal irregular, de acordo com as circunstâncias descritas no artigo 52 do Anexo VI, que trata das obrigações acessórias. Isso significa que se o contribuinte não cumprir corretamente as obrigações acessórias exigidas pela legislação tributária e ficar mais de 60 dias nessa situação, ele perderá o benefício do regime especial. Após a exclusão, o contribuinte só poderá solicitar um novo regime especial após transcorrido o prazo de um ano a partir da data da exclusão, caso se regularize dentro desse período. Essa medida visa incentivar a conformidade com as obrigações fiscais e penalizar aqueles que não cumprem devidamente as exigências legais, garantindo a integridade e a eficácia dos regimes especiais de tributação.

*Art. 30. Será excluído do Regime Especial de Tributação, hipótese em que somente poderá requerer novo regime transcorrido o prazo de 01 (um) ano, contado da data da exclusão, o contribuinte que:*

*I - permanecer por mais de 60 (sessenta) dias em situação fiscal irregular em razão das hipóteses previstas no art. 52 do Anexo VI – Obrigações Acessórias.*

Portanto, o gabarito é CERTO.

**Gabarito: CERTO**

06. Conforme o Decreto nº 21.866/2023, que trata do ICMS, avalie o item subsequente:

**Considera-se estabelecimento atacadista, para efeitos de credenciamento no regime especial de substituição tributária do ICMS aplicável a operações com peças, componentes e acessórios para veículos, a empresa cujas vendas mensais a contribuintes do ICMS, correspondam, no mínimo, a 75% (setenta e cinco por cento) do total.**

## Comentários:

“Considera-se estabelecimento atacadista, para efeitos de credenciamento no regime especial de substituição tributária do ICMS aplicável a operações com peças, componentes e acessórios para veículos, a empresa cujas vendas mensais a contribuintes do ICMS, correspondam, no mínimo, a **75% (setenta e cinco por cento) do total.**”

O Artigo 32 define o conceito de estabelecimento atacadista para efeitos de credenciamento em um regime especial de substituição tributária do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) aplicável a operações com peças, componentes e acessórios para veículos. Segundo o artigo, uma empresa será considerada um estabelecimento atacadista se as vendas mensais realizadas a contribuintes do ICMS corresponderem, no mínimo, a 95% do total das suas vendas. Esse critério é fundamental para determinar a elegibilidade de uma empresa para participar desse regime especial de tributação, que envolve a substituição tributária nas operações com peças automotivas, componentes e acessórios, estabelecendo regras específicas para os atacadistas que desejam aderir a esse sistema tributário diferenciado.

*Art. 32. Considera-se estabelecimento atacadista, para efeitos de credenciamento no regime especial de que trata este Capítulo, a empresa cujas vendas mensais a contribuintes do ICMS, correspondam, no mínimo, a 95% (noventa e cinco por cento) do total.*

Portanto, o gabarito é ERRADO.

**Gabarito: ERRADO**

**07. Conforme o Decreto nº 21.866/2023, que trata do ICMS, avalie o item subsequente:**

**No documento fiscal correspondente à operação com papel destinado à impressão de livro, jornal ou periódico, é vedado constar as mercadorias e correspondentes quantidades para as quais foi concedido o número de registro de controle da operação através do Sistema RECOPI NACIONAL.**

## Comentários:

“No documento fiscal correspondente à operação com papel destinado à impressão de livro, jornal ou periódico, é **vedado** constar as mercadorias e correspondentes quantidades para as quais foi concedido o número de registro de controle da operação através do Sistema RECOPI NACIONAL.”

O Artigo 228 estabelece que no documento fiscal relacionado a uma operação envolvendo papel destinado à impressão de livros, jornais ou periódicos, conforme regulamentado no Capítulo em questão, somente podem ser registradas as mercadorias e suas quantidades para as quais tenha sido concedido um número de registro de controle da operação por meio do Sistema RECOPI NACIONAL. Isso significa que apenas as mercadorias autorizadas e devidamente registradas nesse sistema podem ser mencionadas nos documentos fiscais que acompanham essas transações, garantindo assim a rastreabilidade e a conformidade com as normas estabelecidas para a circulação desses materiais específicos destinados à impressão de livros, jornais ou periódicos.

*Art. 228. No documento fiscal correspondente à operação com papel destinado à impressão de livro, jornal ou periódico, realizada nos termos deste Capítulo, somente poderão constar as mercadorias e correspondentes quantidades para as quais foi concedido o número de registro de controle da operação através do Sistema RECOPI NACIONAL.*

Portanto, o gabarito é ERRADO.

**Gabarito: ERRADO**

**08. Conforme o Decreto nº 21.866/2023, que trata do ICMS, avalie o item subsequente:**

**O contribuinte deverá informar no Sistema RECOPI NACIONAL o número e a data de emissão do documento fiscal até o primeiro dia útil subsequente à obtenção do número de registro, devendo ainda, na remessa, indicar a data da respectiva entrada da mercadoria.**

## Comentários:

“O contribuinte deverá informar no Sistema RECOPI NACIONAL o número e a data de emissão do documento fiscal até o primeiro dia útil subsequente à obtenção do número de registro, devendo ainda, na remessa, indicar a data da respectiva **entrada** da mercadoria.”

O Inciso I do Artigo 230 estabelece que o contribuinte que realiza operações com papel destinado à impressão de livros, jornais ou periódicos, conforme regulamentado no Sistema RECOPI NACIONAL, deve informar nesse sistema o número e a data de emissão do documento fiscal até o primeiro dia útil após obter o número de registro. Além disso, o contribuinte precisa indicar a data correspondente à saída da mercadoria na remessa. Isso significa que é necessário registrar no sistema as informações fiscais essenciais, como o número do documento e sua data de emissão, de forma rápida e precisa, e também informar a data em que a mercadoria foi efetivamente enviada, contribuindo para a correta documentação e rastreabilidade das operações com papel destinado à impressão de materiais específicos.

*“Art. 230. O contribuinte deverá informar no Sistema RECOPI NACIONAL o número e a data de emissão do documento fiscal até o primeiro dia útil subsequente à obtenção do número de registro, devendo ainda:*

*I - na remessa, indicar a data da respectiva saída da mercadoria;”*

Portanto, o gabarito é ERRADO.

**Gabarito: ERRADO**

09. Conforme o Decreto nº 21.866/2023, que trata do ICMS, avalie o item subsequente:

O contribuinte destinatário, devidamente credenciado, deverá confirmar o recebimento da mercadoria no Sistema RECOPI NACIONAL, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da operação para a qual foi obtido o número de registro de controle pelo remetente, sob pena de serem suspensos novos registros de controle para ambos os contribuintes relacionados na referida operação.

## Comentários:

“O contribuinte destinatário, devidamente credenciado, deverá confirmar o recebimento da mercadoria no Sistema RECOPI NACIONAL, ~~no prazo de 30 (trinta) dias~~ contados da data da operação para a qual foi obtido o número de registro de controle pelo remetente, sob pena de serem suspensos novos registros de controle para ambos os contribuintes relacionados na referida operação.”

No Artigo 231, é estabelecido que o contribuinte destinatário, que esteja devidamente credenciado, deve confirmar o recebimento da mercadoria no Sistema RECOPI NACIONAL dentro do prazo de 15 dias a contar da data da operação para a qual o remetente obteve o número de registro de controle. A não confirmação dentro desse prazo acarreta na penalidade de suspensão de novos registros de controle para ambos os contribuintes envolvidos na operação. Esse procedimento visa garantir a atualização e a precisão dos registros no sistema, promovendo a transparência e a conformidade nas transações envolvendo papel destinado à impressão de livros, jornais ou periódicos, conforme estabelecido pelo RECOPI NACIONAL.

*Art. 231. O contribuinte destinatário, devidamente credenciado, deverá confirmar o recebimento da mercadoria no Sistema RECOPI NACIONAL, no prazo de 15 (quinze) dias contados da data da operação para a qual foi obtido o número de registro de controle pelo remetente, sob pena de serem suspensos novos registros de controle para ambos os contribuintes relacionados na referida operação.*

Portanto, o gabarito é ERRADO.

**Gabarito: ERRADO**

10. Conforme o Decreto nº 21.866/2023, que trata do ICMS, avalie o item subsequente:

**A autoridade responsável promoverá o descredenciamento do contribuinte no Sistema RECOPI NACIONAL na hipótese de constatação de que o contribuinte não adotou a providência necessária para regularização de obrigações pendentes, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da suspensão no Sistema RECOPI NACIONAL.**

## Comentários:

“A autoridade responsável promoverá o descredenciamento do contribuinte no Sistema RECOPI NACIONAL na hipótese de constatação de que o contribuinte não adotou a providência necessária para regularização de obrigações pendentes, **no prazo de 30 (trinta) dias** contados da data da suspensão no Sistema RECOPI NACIONAL.” O Artigo 234 estabelece que a autoridade competente realizará o descredenciamento de um contribuinte no Sistema RECOPI NACIONAL caso seja verificado que o contribuinte não tomou as medidas necessárias para regularizar obrigações pendentes dentro do prazo de 60 dias a partir da data da suspensão no Sistema RECOPI NACIONAL. Essa ação é tomada como forma de garantir a conformidade e a eficácia do sistema, assegurando que os contribuintes cumpram suas obrigações de forma oportuna e adequada. O descredenciamento é uma medida administrativa adotada para garantir a integridade e a eficiência do sistema RECOPI NACIONAL, incentivando a conformidade e a regularização das pendências por parte dos contribuintes.

*Art. 234. A autoridade responsável promoverá o descredenciamento do contribuinte no Sistema RECOPI NACIONAL na hipótese de constatação de que o contribuinte não adotou a providência necessária para regularização de obrigações pendentes, no prazo de 60 (sessenta) dias contados da data da suspensão no Sistema RECOPI NACIONAL.*

Portanto, o gabarito é ERRADO.

**Gabarito: ERRADO**

11. Conforme o Decreto nº 21.866/2023, que trata do ICMS, avalie o item subsequente:

**Poderá ser concedido regime especial de tributação aplicável aos prestadores de serviço de transporte intermunicipal de passageiros, em substituição à sistemática normal de apuração, mediante prévio credenciamento.**

## Comentários:

Perfeito. O Artigo 85 prevê a possibilidade de concessão de um regime especial de tributação destinado aos prestadores de serviço de transporte intermunicipal de passageiros, como uma alternativa à sistemática convencional de apuração de tributos, desde que haja um credenciamento prévio. Esse regime especial pode ser

concedido com o objetivo de simplificar o processo de pagamento de impostos, adaptando-se às especificidades desse setor de transporte e facilitando a conformidade fiscal para os prestadores de serviços envolvidos. O credenciamento antecipado é necessário para que esses prestadores possam usufruir dos benefícios e das condições especiais previstas nesse regime alternativo de tributação, proporcionando uma gestão tributária mais eficiente e adequada às necessidades desse segmento específico da economia.

*Art. 85. Poderá ser concedido regime especial de tributação aplicável aos prestadores de serviço de transporte intermunicipal de passageiros, em substituição à sistemática normal de apuração, mediante prévio credenciamento.*

Portanto, o gabarito é CERTO.

**Gabarito: CERTO**

**12. Conforme o Decreto nº 21.866/2023, que trata do ICMS, avalie o item subsequente:**

**Ao contribuinte beneficiário do regime especial de tributação aplicável aos prestadores de serviço de transporte intermunicipal de passageiros do Piauí, será concedida redução de base de cálculo, de forma que a carga tributária resulte em 7% (sete por cento) sobre o valor da prestação.**

## Comentários:

Perfeito. O Artigo 86 estabelece que, ao contribuinte beneficiário do regime especial de tributação aplicável aos prestadores de serviço de transporte intermunicipal de passageiros do Piauí, será concedida uma redução da base de cálculo, de forma a resultar em uma carga tributária de 7% sobre o valor da prestação. Essa medida visa proporcionar uma tributação mais favorável aos prestadores de serviços de transporte intermunicipal de passageiros, estabelecendo uma alíquota específica que contribui para a simplificação e a previsibilidade dos impostos incidentes sobre essas operações. A redução da base de cálculo para atingir uma carga tributária de 7% busca incentivar a atividade econômica nesse setor e tornar o ambiente tributário mais adequado e competitivo para os prestadores de serviços de transporte intermunicipal de passageiros no estado do Piauí.

*Art. 86. Ao contribuinte beneficiário do regime especial de que trata este Capítulo será concedida redução de base de cálculo, de forma que a carga tributária resulte em 7% (sete por cento) sobre o valor da prestação.*

Portanto, o gabarito é CERTO.

**Gabarito: CERTO**

**13. Conforme o Decreto nº 21.866/2023, que trata do ICMS, avalie o item subsequente:**

**Os estabelecimentos prestadores de serviços de comunicação, na modalidade Serviço de Comunicação Multimídia - SCM, em substituição à sistemática normal de tributação, poderão optar por regime especial de apuração e recolhimento do ICMS no que se refere às prestações internas de serviço de comunicação multimídia, desde que o contribuinte, cumulativamente, atenda às condições definidas no Decreto.**

## Comentários:

Perfeito. O Artigo 98 estabelece que os estabelecimentos prestadores de serviços de comunicação na modalidade de Serviço de Comunicação Multimídia (SCM) podem optar por um regime especial de apuração e recolhimento do ICMS em relação às prestações internas desse serviço, em substituição à sistemática normal de tributação. Para aderir a esse regime especial, o contribuinte deve cumprir cumulativamente as condições definidas.

*Art. 98. Os estabelecimentos prestadores de serviços de comunicação, na modalidade Serviço de Comunicação Multimídia - SCM, em substituição à sistemática normal de tributação, poderão optar por regime especial de apuração e recolhimento do ICMS no que se refere às prestações internas de serviço de comunicação multimídia, desde que o contribuinte, cumulativamente, atenda às seguintes condições:*

Portanto, o gabarito é CERTO.

**Gabarito: CERTO**

**14. Conforme o Decreto nº 21.866/2023, que trata do ICMS, avalie o item subsequente:**

**O credenciamento no regime especial de tributação para os estabelecimentos prestadores de serviços de comunicação na modalidade de Serviço de Comunicação Multimídia (SCM) acarretará a vedação da utilização de quaisquer créditos fiscais, inclusive os relativos ao diferencial de alíquota na aquisição de bens para o ativo imobilizado da empresa.**

## Comentários:

Perfeito. O Artigo 100 determina que o credenciamento no regime especial de tributação para os estabelecimentos prestadores de serviços de comunicação na modalidade de Serviço de Comunicação Multimídia (SCM) resultará na proibição da utilização de quaisquer créditos fiscais, inclusive aqueles referentes ao diferencial de alíquota na aquisição de bens destinados ao ativo imobilizado da empresa. Isso significa que, ao adotar esse regime especial, o contribuinte fica impedido de aproveitar créditos fiscais que poderiam ser utilizados para abater o ICMS devido, inclusive aqueles relacionados à diferença de alíquota de ICMS incidente nas compras de bens para o ativo fixo da empresa. Essa restrição faz parte das condições e limitações associadas ao regime especial de tributação para

os prestadores de serviços de comunicação multimídia.

*Art. 100. O credenciamento no regime especial acarretará a vedação da utilização de quaisquer créditos fiscais, inclusive os relativos ao diferencial de alíquota na aquisição de bens para o ativo imobilizado da empresa.*

Portanto, o gabarito é CERTO.

**Gabarito: CERTO**

**15. Conforme o Decreto nº 21.866/2023, que trata do ICMS, avalie o item subsequente:**

**O credenciamento no Regime Especial de Tributação aplicável às operações com milho, milheto, soja e sorgo não dispensa o cumprimento das demais obrigações, principal e acessórias, previstas na legislação, especialmente quanto à emissão de Nota Fiscal eletrônica - NF-e em todas as suas operações.**

## Comentários:

Perfeito. O Artigo 108, inserido no Capítulo II, que trata do Regime Especial de Tributação aplicável às operações com milho, milheto, soja e sorgo, estabelece que o credenciamento nesse regime especial não exige o contribuinte de cumprir as demais obrigações, tanto principal quanto as acessórias, estipuladas na legislação tributária. Especificamente, destaca a importância da emissão da Nota Fiscal eletrônica (NF-e) em todas as operações realizadas com esses produtos agrícolas. Isso significa que, mesmo se beneficiando do regime especial de tributação, o contribuinte deve observar e cumprir todas as normas e requisitos legais relacionados à emissão da NF-e, garantindo a conformidade fiscal e documental de suas transações envolvendo milho, milheto, soja e sorgo. O cumprimento integral das obrigações fiscais e acessórias é fundamental para a regularidade e a transparência das operações dentro desse regime especial de tributação.

*Art. 108. O credenciamento no regime especial não dispensa o cumprimento das demais obrigações, principal e acessórias, previstas na legislação, especialmente quanto à emissão de Nota Fiscal eletrônica - NF-e em todas as suas operações.*

Portanto, o gabarito é CERTO.

**Gabarito: CERTO**

16. Conforme o Decreto nº 21.866/2023, que trata do ICMS, avalie o item subsequente:

Nas operações internas e interestaduais com telhas, tijolos, lajotas e manilhas promovidas pelas indústrias ceramistas estabelecidos neste Estado, fica concedido crédito presumido, de modo que a carga tributária seja equivalente ao percentual de 2% (dois por cento) sobre o valor total das saídas tributadas, em substituição ao sistema normal de tributação.

## Comentários:

Perfeito. O Artigo 120 estabelece que, nas operações internas e interestaduais envolvendo telhas, tijolos, lajotas e manilhas realizadas por indústrias ceramistas estabelecidas no estado em questão, será concedido um crédito presumido, de forma que a carga tributária resultante seja equivalente a 2% sobre o valor total das saídas tributadas. Esse benefício substitui o sistema normal de tributação, proporcionando um tratamento tributário mais favorável para as indústrias ceramistas nessas operações específicas. O crédito presumido visa reduzir a carga fiscal sobre esses produtos, incentivando a produção e a comercialização local, ao mesmo tempo em que simplifica o processo de apuração e recolhimento de impostos para as empresas do setor ceramista.

*Art. 120. Nas operações internas e interestaduais com telhas, tijolos, lajotas e manilhas promovidas pelas indústrias ceramistas estabelecidos neste Estado, fica concedido crédito presumido de modo que a carga tributária seja equivalente ao percentual de 2% (dois por cento) sobre o valor total das saídas tributadas, em substituição ao sistema normal de tributação.*

Portanto, o gabarito é CERTO.

**Gabarito: CERTO**

17. Conforme o Decreto nº 21.866/2023, que trata do ICMS, avalie o item subsequente:

As operações de saída de mercadorias com o fim específico de exportação para o exterior, realizadas por empresas comerciais que realizem operações mercantis de exportação, inscritas no Cadastro de Exportadores e Importadores da Secretaria de Comércio Exterior - SECEX, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, serão amparadas pela incidência do ICMS.

## Comentários:

“As operações de saída de mercadorias com o fim específico de exportação para o exterior, realizadas por empresas comerciais que realizem operações mercantis de exportação, inscritas no Cadastro de Exportadores e Importadores da Secretaria de Comércio Exterior - SECEX, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, ~~serão amparadas pela incidência do ICMS.~~”

O Artigo 2º estabelece que as operações de saída de mercadorias com o objetivo específico de exportação para o exterior, efetuadas por empresas comerciais que realizem operações de exportação, e que estejam devidamente inscritas no Cadastro de Exportadores e Importadores da Secretaria de Comércio Exterior (SECEX) do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, estarão amparadas pela não-incidência.

#### *ANEXO VIII DOS PROCEDIMENTOS ESPECIAIS*

*Art. 2º As operações de saída de mercadorias com o fim específico de exportação para o exterior, realizadas por empresas comerciais que realizarem operações mercantis de exportação, inscritas no Cadastro de Exportadores e Importadores da Secretaria de Comércio Exterior - SECEX, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, serão amparadas pela não-incidência.*

Portanto, o gabarito é ERRADO.

**Gabarito: ERRADO**

**18. Conforme o Decreto nº 21.866/2023, que trata do ICMS, avalie o item subsequente:**

**O estabelecimento remetente ficará obrigado ao recolhimento do imposto devido, inclusive o relativo à prestação de serviço de transporte, quando for o caso, monetariamente atualizado, sujeitando-se aos acréscimos legais, inclusive multa, segundo a legislação estadual, quando não se efetivar a exportação no prazo de 90 (noventa) dias, contado da data da saída da mercadoria do seu estabelecimento.**

### Comentários:

“O estabelecimento remetente ficará obrigado ao recolhimento do imposto devido, inclusive o relativo à prestação de serviço de transporte, quando for o caso, monetariamente atualizado, sujeitando-se aos acréscimos legais, inclusive multa, segundo a legislação estadual, quando não se efetivar a exportação no **prazo de 90 (noventa) dias**, contado da data da saída da mercadoria do seu estabelecimento.”

O Inciso I do Artigo 7º estabelece uma obrigação para o estabelecimento remetente em relação ao recolhimento do imposto devido, incluindo o imposto sobre a prestação de serviços de transporte (quando aplicável), devidamente corrigido monetariamente e sujeito aos acréscimos legais, como multas previstas na legislação estadual.

Essa obrigação de recolhimento ocorre nos casos em que a exportação não se concretiza dentro do prazo de 180 dias, contados a partir da data em que a mercadoria saiu do estabelecimento do remetente. Em resumo, se a exportação da mercadoria não for realizada dentro desse prazo determinado, o estabelecimento remetente é responsável por recolher o imposto devido, bem como quaisquer penalidades e multas, conforme previsto nas leis estaduais.

*ANEXO VIII DOS PROCEDIMENTOS ESPECIAIS*

*Art. 7º O estabelecimento remetente ficará obrigado ao recolhimento do imposto devido, inclusive o relativo à prestação de serviço de transporte, quando for o caso, monetariamente atualizado, sujeitando-se aos acréscimos legais, inclusive multa, segundo a legislação estadual, em qualquer dos seguintes casos em que não se efetivar a exportação:*

*I - no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contado da data da saída da mercadoria do seu estabelecimento;*

Portanto, o gabarito é ERRADO.

**Gabarito: ERRADO**

**19. Conforme o Decreto nº 21.866/2023, que trata do ICMS, avalie o item subsequente:**

**Na operação de remessa com o fim específico de exportação, em que o adquirente da mercadoria determinar a entrega em local diverso do seu estabelecimento, será observada a legislação tributária de uma das unidades Federadas envolvidas, inclusive quanto ao local de entrega.**

## Comentários:

“Na operação de remessa com o fim específico de exportação em que o adquirente da mercadoria determinar a entrega em local diverso do seu estabelecimento, será observada a legislação tributária **de uma das unidades Federadas envolvidas**, inclusive quanto ao local de entrega.”

O Artigo 12 estabelece que, em operações de remessa de mercadorias com o objetivo específico de exportação, em que o adquirente da mercadoria solicita a entrega em um local diferente de seu próprio estabelecimento, as legislações tributárias das unidades federativas envolvidas devem ser observadas, incluindo no que diz respeito ao local de entrega.

Isso significa que, quando o comprador solicita que a mercadoria seja entregue em um local distinto de sua própria empresa, é necessário levar em consideração as leis tributárias dos estados ou das regiões envolvidas nessa transação. Essas leis podem definir questões como incidência de impostos, obrigações acessórias, tratamento fiscal da operação e outros aspectos relacionados à tributação.

*ANEXO VIII DOS PROCEDIMENTOS ESPECIAIS*

*Art. 12. Na operação de remessa com o fim específico de exportação em que o adquirente da mercadoria determinar a entrega em local diverso do seu estabelecimento, serão observadas as legislações tributárias das unidades Federadas envolvidas, inclusive quanto ao local de entrega.*

Portanto, o gabarito é ERRADO.

**Gabarito: ERRADO**

20. Conforme o Decreto nº 21.866/2023, que trata do ICMS, avalie o item subsequente:

Ocorrendo opção de compra do bem pelo estabelecimento da arrendatária, a arrendadora emitirá nota fiscal sem destaque do ICMS, indicando, além de outros requisitos exigidos, a expressão "Venda de Mercadoria por Opção de Compra da Arrendatária".

## Comentários:

"Ocorrendo opção de compra do bem pelo estabelecimento da arrendatária, a arrendadora emitirá Nota Fiscal **sem** destaque do ICMS, indicando além de outros requisitos exigidos a expressão: "Venda de Mercadoria por Opção de Compra da Arrendatária"."

O Artigo 26 estabelece que no caso de uma opção de compra do bem por parte do estabelecimento da arrendatária, a arrendadora deverá emitir uma Nota Fiscal destacando o ICMS, conforme exigido pela legislação. Além disso, a nota fiscal deve conter a expressão específica: "Venda de Mercadoria por Opção de Compra da Arrendatária". Essa expressão tem a finalidade de identificar de forma clara e específica a natureza da transação realizada, ou seja, que se trata de uma venda de mercadoria decorrente da opção de compra exercida pela arrendatária. Essa prática auxilia na correta documentação e no registro da operação, fornecendo informações necessárias tanto para as partes envolvidas quanto para os órgãos fiscais responsáveis pela fiscalização tributária.

### *ANEXO VIII DOS PROCEDIMENTOS ESPECIAIS*

*Art. 26. Ocorrendo opção de compra do bem pelo estabelecimento da arrendatária, a arrendadora emitirá Nota Fiscal com destaque do ICMS, indicando além de outros requisitos exigidos a expressão: "Venda de Mercadoria por Opção de Compra da Arrendatária".*

Portanto, o gabarito é ERRADO.

**Gabarito: ERRADO**

## LEI Nº 4.254/1988, QUE DISCIPLINA SOBRE AS TAXAS NO ESTADO DO PIAUÍ

01. Conforme a Lei nº 4.254/1988, que trata das taxas no estado do Piauí, avalie o item subsequente:  
A Taxa de Controle, Monitoramento e Fiscalização das Atividades de Pesquisa, Lavra, Exploração e Aproveitamento de Recursos Minerais – TCRM será apurada anualmente e recolhida até o último dia do mês de janeiro.

### Comentários:

“A Taxa de Controle, Monitoramento e Fiscalização das Atividades de Pesquisa, Lavra, Exploração e Aproveitamento de Recursos Minerais – TCRM será apurada **anualmente e recolhida até o último dia do mês de Janeiro.**”

O parágrafo 1º do Artigo 4º-B trata da Taxa de Controle, Monitoramento e Fiscalização das Atividades de Pesquisa, Lavra, Exploração e Aproveitamento de Recursos Minerais (TCRM), que é de competência da Secretaria de Estado do Planejamento. Esse parágrafo estabelece que:

- A TCRM será calculada mensalmente, ou seja, apurada mês a mês, com base nos parâmetros definidos na lei.
- O pagamento da taxa deve ser efetuado até o último dia do mês subsequente ao da ocorrência do fato gerador. Isso significa que o montante devido referente a cada mês deve ser recolhido até o final do mês seguinte.

*Art. 4º-B. A Taxa de Controle, Monitoramento e Fiscalização das Atividades de Pesquisa, Lavra, Exploração e Aproveitamento de Recursos Minerais – TCRM, de competência da Secretaria de Estado do Planejamento, será cobrada de acordo com os parâmetros fixados nesta Lei.*

*§ 1º A taxa de que trata o caput será apurada mensalmente e recolhida até o último dia do mês seguinte ao da ocorrência do fato gerador.*

Portanto, o gabarito é ERRADO.

**Gabarito: ERRADO**

**02. Conforme a Lei nº 4.254/1988, que trata das taxas no estado do Piauí, avalie o item subsequente:**  
**As taxas de competência do Estado têm como fato gerador o exercício do poder de polícia ou a utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos à sua disposição.**

## Comentários:

Perfeito. O Artigo 2º estabelece que as taxas de competência do Estado têm como fato gerador o exercício do poder de polícia ou a utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, que são prestados ao contribuinte ou colocados à sua disposição.

Isso significa que as taxas estaduais são cobradas em contrapartida ao uso ou à possibilidade de uso de serviços públicos específicos e divisíveis fornecidos pelo Estado. Esses serviços podem ser direcionados a um grupo específico de contribuintes e são passíveis de serem mensurados e individualizados.

*Art. 2º As taxas de competência do Estado têm como fato gerador o exercício do poder de polícia ou a utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos à sua disposição.*

Portanto, o gabarito é CERTO.

**Gabarito: CERTO**

**03. Conforme a Lei nº 4.254/1988, que trata das taxas no estado do Piauí, avalie o item subsequente:**  
**Considera-se ocorrido o fato gerador da TCRM no momento em que ocorrer a venda, o uso próprio ou a transferência entre estabelecimentos de minerais ou minérios extraídos.**

## Comentários:

Perfeito. O § 2º estabelece que o fato gerador da Taxa de Controle, Monitoramento e Fiscalização das Atividades de Pesquisa, Lavra, Exploração e Aproveitamento de Recursos Minerais (TCRM) ocorre no momento em que houver a venda, o uso próprio ou a transferência entre estabelecimentos dos minerais ou minérios extraídos.

Isso significa que a obrigação de pagamento da TCRM é acionada no momento em que ocorre uma das situações mencionadas:

- Venda: quando os minerais ou minérios extraídos são comercializados.
- Uso próprio: quando os minerais ou minérios são utilizados internamente pela empresa que os extraiu, em vez de serem vendidos.
- Transferência entre estabelecimentos: quando há a movimentação dos minerais ou minérios entre diferentes locais pertencentes à mesma empresa.

*Art. 4º-B. A Taxa de Controle, Monitoramento e Fiscalização das Atividades de Pesquisa, Lavra, Exploração e Aproveitamento de Recursos Minerais – TCRM, de competência da Secretaria de Estado do Planejamento, será cobrada de acordo com os parâmetros fixados nesta Lei.*

*§ 2º Considera-se ocorrido o fato gerador da TCRM no momento em que ocorrer a venda, o uso próprio ou a transferência entre estabelecimentos de minerais ou minérios extraídos.*

Portanto, o gabarito é CERTO.

**Gabarito: CERTO**

**04. Conforme a Lei nº 4.254/1988, que trata das taxas no estado do Piauí, avalie o item subsequente:**

**São isentos de pagamento das taxas os servidores públicos do Estado ou de suas autarquias ativos e inativos, no exercício do direito de petição.**

### Comentários:

Perfeito. O Inciso I do Artigo 5º estabelece uma isenção de pagamento das taxas para uma categoria específica de indivíduos, que são os servidores públicos do Estado ou de suas autarquias, tanto ativos quanto inativos, quando estão exercendo o direito de petição.

Essa isenção significa que os servidores públicos estaduais e seus equivalentes em autarquias, independentemente de estarem em atividade ou aposentados, estão dispensados do pagamento das taxas quando estão exercendo o direito de petição.

*Art. 5º São isentos de pagamento das taxas:*

*I - os servidores públicos do Estado ou de suas autarquias ativos e inativos, no exercício do direito de petição;*

Portanto, o gabarito é CERTO.

**Gabarito: CERTO**

**05. Conforme a Lei nº 4.254/1988, que trata das taxas no estado do Piauí, avalie o item subsequente: São isentos de pagamento das taxas os responsáveis pelas promoções de caráter recreativo, desde que o total da renda seja destinado a instituições de caridade, devidamente reconhecidas, relativamente às taxas que incidem sobre as autorizações das respectivas promoções.**

## Comentários:

Perfeito. O Inciso IV do Artigo 5º estabelece uma isenção de pagamento das taxas para os responsáveis pelas promoções de caráter recreativo, desde que a totalidade da renda obtida seja destinada a instituições de caridade devidamente reconhecidas. Essa isenção se aplica especificamente às taxas que incidem sobre as autorizações necessárias para a realização dessas promoções.

Em resumo, as pessoas ou entidades responsáveis por eventos de natureza recreativa que visam arrecadar fundos e que tenham como intuito destinar integralmente essa renda para instituições de caridade reconhecidas não precisam pagar as taxas relacionadas às autorizações necessárias para a realização desses eventos.

*Art. 5º São isentos de pagamento das taxas:*

*IV - os responsáveis pelas promoções de caráter recreativo, desde que o total da renda seja destinada a instituições de caridade, devidamente reconhecidas, relativamente às taxas que incidem sobre as autorizações das respectivas promoções;*

Portanto, o gabarito é CERTO.

**Gabarito: CERTO**

**06. Conforme a Lei nº 4.254/1988, que trata das taxas no estado do Piauí, avalie o item subsequente: As taxas serão recolhidas em estabelecimento bancário autorizado ou repartição arrecadadora, a critério da Secretaria de Fazenda, mediante documento de arrecadação estadual, e sob códigos de receita a serem determinados pelo Secretário de Fazenda.**

## Comentários:

Perfeito. O Artigo 8º estabelece as diretrizes para o pagamento das taxas, indicando que essas devem ser recolhidas em estabelecimento bancário autorizado ou repartição arrecadadora, segundo a decisão da Secretaria de Fazenda. O pagamento deve ser realizado por meio de um documento de arrecadação estadual e utilizando os códigos de receita determinados pelo Secretário de Fazenda. Essas medidas visam garantir a organização e a transparência no processo de arrecadação, assegurando que os contribuintes efetuem os pagamentos de forma adequada e documentada, de acordo com as normas estabelecidas pelo órgão responsável pela administração financeira do Estado.

*Art. 8º As taxas serão recolhidas em estabelecimento bancário autorizado ou repartição arrecadadora, a critério da Secretaria de Fazenda, mediante documento de arrecadação estadual, e sob códigos de receita a serem determinados pelo Secretário de Fazenda.*

Portanto, o gabarito é CERTO.

**Gabarito: CERTO**

**07. Conforme a Lei nº 4.254/1988, que trata das taxas no estado do Piauí, avalie o item subsequente:  
As taxas serão pagas de ordinário, após a prestação dos serviços administrativos ou judiciários solicitados ou do exercício de direitos ou de atividades sujeitas ao Poder de Polícia.**

### Comentários:

“As taxas serão pagas de ordinário, **após** a prestação dos serviços administrativos ou judiciários solicitados ou do exercício de direitos ou de atividades sujeitas ao Poder de Polícia.”

O Inciso I do Artigo 9º estabelece que as taxas devem ser pagas normalmente antes da prestação dos serviços administrativos ou judiciários solicitados, ou antes do exercício de direitos ou atividades sujeitas ao Poder de Polícia. Isso significa que, em circunstâncias normais, os pagamentos das taxas devem ser efetuados antecipadamente, antes de receber os serviços administrativos ou judiciários requisitados, ou antes de exercer os direitos ou atividades que estão sujeitos ao controle e à fiscalização do Poder de Polícia. Essa disposição visa garantir que os custos associados aos serviços prestados ou às atividades realizadas sejam cobertos previamente, seguindo um princípio de pagamento antecipado para o uso desses serviços ou para o exercício de tais direitos e atividades reguladas.

*Art. 9º As taxas serão pagas:*

*I - de ordinário, antes da prestação dos serviços administrativos ou judiciários solicitados ou do exercício de direitos ou de atividades sujeitas ao Poder de Polícia;*

Portanto, o gabarito é ERRADO.

**Gabarito: ERRADO**

**08. Conforme a Lei nº 4.254/1988, que trata das taxas no estado do Piauí, avalie o item subsequente: São contribuintes das taxas as pessoas físicas ou jurídicas que solicitarem a prestação de serviços administrativos e legislativos ou exercerem direitos de atividades sujeitas ao poder de polícia.**

### Comentários:

---

“São contribuintes das taxas as pessoas físicas ou jurídicas que solicitarem a prestação de serviços administrativos e **legislativos** ou exercerem direitos de atividades sujeitas ao poder de polícia.”

O Artigo 10 estabelece que são contribuintes das taxas as pessoas físicas ou jurídicas que solicitarem a prestação de serviços administrativos e judiciários ou que exercerem direitos ou atividades sujeitas ao poder de polícia. Isso significa que aqueles que solicitarem serviços administrativos ou judiciários específicos, bem como os que participarem de atividades reguladas pelo poder de polícia, são responsáveis pelo pagamento das taxas correspondentes. Dessa forma, os indivíduos ou entidades que demandam tais serviços ou que se envolvem em atividades sujeitas ao controle do poder de polícia são considerados contribuintes e devem arcar com os custos associados a essas ações ou serviços.

*Art. 10. São contribuintes das taxas as pessoas físicas ou jurídicas que solicitarem a prestação de serviços administrativos e judiciários ou exercerem direitos de atividades sujeitas ao poder de polícia.*

Portanto, o gabarito é ERRADO.

**Gabarito: ERRADO**

**09. Conforme a Lei nº 4.254/1988, que trata das taxas no estado do Piauí, avalie o item subsequente: A exigência do pagamento das taxas estaduais compete aos agentes do Fisco estadual e, de modo supletivo, mediante delegação da Secretaria de Fazenda, às autoridades administrativas, nas suas respectivas áreas.**

### Comentários:

---

Perfeito. O Artigo 11 estabelece que a responsabilidade pela cobrança das taxas estaduais pertence aos agentes do Fisco estadual, sendo sua atribuição primária. Adicionalmente, de forma complementar e subordinada à Secretaria de Fazenda, autoridades administrativas em suas áreas específicas podem ser delegadas para realizar a cobrança das taxas. Isso significa que os agentes do Fisco do estado têm a competência principal para exigir o pagamento das taxas, mas autoridades administrativas específicas podem ser designadas para auxiliar nesse processo, desde que a autorização seja concedida pela Secretaria de Fazenda, garantindo uma abordagem coordenada e eficiente na arrecadação das taxas estaduais.

*Art. 11. A exigência do pagamento das taxas estaduais compete aos agentes do Fisco estadual e, de modo supletivo, mediante delegação da Secretaria de Fazenda, às autoridades administrativas, nas suas respectivas áreas.*

Portanto, o gabarito é CERTO.

**Gabarito: CERTO**

**10. Conforme a Lei nº 4.254/1988, que trata das taxas no estado do Piauí, avalie o item subsequente:  
A não exigência de taxa estadual implicará na responsabilidade solidária do funcionário e autoridade omissos.**

## Comentários:

Perfeito. O parágrafo 1º do Artigo 11 estabelece que a não exigência de uma taxa estadual acarretará na responsabilidade solidária do funcionário ou autoridade que deixar de cobrá-la. Isso significa que caso um funcionário ou autoridade responsável pela cobrança de uma taxa estadual não a exija quando deveria, ambos serão considerados solidariamente responsáveis por essa omissão. Essa disposição busca garantir que a cobrança de taxas estaduais seja realizada de forma eficaz e que haja responsabilização em caso de negligência por parte dos agentes públicos encarregados dessa atribuição.

*Art. 11. A exigência do pagamento das taxas estaduais compete aos agentes do Fisco estadual e, de modo supletivo, mediante delegação da Secretaria de Fazenda, às autoridades administrativas, nas suas respectivas áreas.*

*§ 1º A não exigência de taxa estadual implicará na responsabilidade solidária do funcionário e autoridade omissos.*

Portanto, o gabarito é CERTO.

**Gabarito: CERTO**

## LEI Nº 4.257/1989, QUE DISCIPLINA A COBRANÇA DO IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES RELATIVAS À CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE INTERESTADUAL E INTERMUNICIPAL E DE COMUNICAÇÃO - ICMS.

01. Conforme a Lei nº 4.257/1989, que trata do ICMS, avalie o item subsequente:

O ICMS incide sobre operações relativas à circulação de mercadorias, exceto quanto ao fornecimento de alimentação e bebidas em bares, restaurantes e estabelecimentos similares, pois sobre esses cabe o ISSQN.

### Comentários:

“O ICMS incide sobre operações relativas à circulação de mercadorias, **exceto** quanto ao fornecimento de alimentação e bebidas em bares, restaurantes e estabelecimentos similares, **pois sobre estes cabe o ISSQN.**”

O parágrafo 1º, inciso I, do Artigo 1º da Lei nº 4257/89 do estado do Piauí esclarece sobre a incidência do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) em relação a determinadas operações.

Nesse caso específico, o inciso I do parágrafo 1º destaca que o ICMS incide sobre as operações relacionadas à circulação de mercadorias, o que inclui o fornecimento de alimentação e bebidas em bares, restaurantes e estabelecimentos similares. Isso significa que as operações que envolvem a venda de alimentos e bebidas nesses tipos de estabelecimentos estão sujeitas à incidência do ICMS no estado do Piauí. Dessa forma, a afirmativa de que cabe o ISSQN é equivocada.

*Art. 1º O imposto regido por esta lei tem como fato gerador as operações relativas à circulação de mercadorias e as prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior.*

*§ 1º O imposto incide sobre:*

*I - operações relativas à circulação de mercadorias, inclusive o fornecimento de alimentação e bebidas em bares, restaurantes e estabelecimentos similares;*

Portanto, o gabarito é ERRADO.

**Gabarito: ERRADO**

**02. Conforme a Lei nº 4.257/1989, que trata do ICMS, avalie o item subsequente:**

**O ICMS tem como fato gerador as operações relativas à circulação de mercadorias e as prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior.**

## Comentários:

Perfeito. O Artigo 1º da Lei nº 4257/89 do estado do Piauí trata do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e estabelece o fato gerador desse imposto. De acordo com o artigo, o ICMS incide sobre as operações relacionadas à circulação de mercadorias e as prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação.

Esse artigo abrange não apenas as operações que ocorrem dentro do território nacional, mas também aquelas que se iniciam no exterior e que tenham efeitos dentro do estado do Piauí. Isso significa que o ICMS é devido não apenas em transações locais, mas também em operações interestaduais, importações e prestações de serviços que tenham relação com o estado.

*Art. 1º O imposto regido por esta lei tem como fato gerador as operações relativas à circulação de mercadorias e as prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior.*

Portanto, o gabarito é CERTO.

**Gabarito: CERTO**

**03. Conforme a Lei nº 4.257/1989, que trata do ICMS, avalie o item subsequente:**

**O ICMS tem como fato gerador as operações relativas à circulação de mercadorias e as prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior.**

## Comentários:

Perfeito. O inciso I do Artigo 2º da Lei em questão estabelece o momento em que se considera ocorrido o fato gerador do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) no estado do Piauí.

De acordo com esse inciso, o fato gerador do ICMS se dá no momento da saída de mercadoria do estabelecimento do contribuinte.

Essa definição do momento do fato gerador é fundamental para determinar o instante em que a obrigação tributária se configura, estabelecendo a **base temporal** para a aplicação e recolhimento do ICMS sobre as saídas de mercadorias realizadas pelos contribuintes no estado do Piauí.

*Art. 2º Considera-se ocorrido o fato gerador no momento:  
I - da saída de mercadoria de estabelecimento de contribuinte.*

Portanto, o gabarito é CERTO.

**Gabarito: CERTO**

**04. Conforme a Lei nº 4.257/1989, que trata do ICMS, avalie o item subsequente:**

**Considera-se ocorrido o fato gerador do ICMS no momento da saída, de estabelecimento de contribuinte, de bem ou mercadoria destinado a consumidor final não contribuinte do imposto domiciliado ou estabelecido neste Estado.**

## Comentários:

Perfeito. O Inciso XX do Artigo 2º estabelece que o fato gerador do imposto ocorre no momento em que ocorre a saída de um bem ou mercadoria de um estabelecimento de um contribuinte, quando esse bem ou mercadoria é destinado a um consumidor final que não é contribuinte do imposto e que está domiciliado ou estabelecido em outro estado, ou seja, fora do estado em questão.

Em resumo, esse inciso determina que o ICMS é devido quando um bem ou mercadoria é movimentado de um estabelecimento de um contribuinte para um consumidor final que não é contribuinte do imposto e que está localizado em um estado diferente, sendo o momento da saída desse bem do estabelecimento do contribuinte o momento em que se considera ocorrido o fato gerador para efeito de incidência do imposto sobre essa operação.

*Art. 2º Considera-se ocorrido o fato gerador no momento:  
XX - da saída, de estabelecimento de contribuinte, de bem ou mercadoria destinado a consumidor final não contribuinte do imposto domiciliado ou estabelecido neste Estado.*

Portanto, o gabarito é CERTO.

**Gabarito: CERTO**

05. Conforme a Lei nº 4.257/1989, que trata do ICMS, avalie o item subsequente:

O local da operação ou da prestação, para os efeitos da cobrança do ICMS e definição do estabelecimento responsável, tratando-se de prestação de serviço de transporte, é onde se encontre o transportador, quando em situação irregular pela falta de documentação fiscal ou quando acompanhada de documentação inidônea, como dispuser a legislação tributária.

## Comentários:

Perfeito. A alínea "b" do Inciso II do Artigo 3º estabelece critérios para determinar o local da operação ou prestação de serviço de transporte, especialmente quando há irregularidades como a falta de documentação fiscal ou a presença de documentação inadequada.

Segundo essa alínea, o local da operação de transporte será considerado onde se encontre o transportador, quando a situação do transporte for irregular devido à falta de documentação fiscal ou se a documentação apresentada for considerada inidônea, de acordo com as disposições da legislação tributária.

Essa regra visa garantir que, em casos nos quais a documentação fiscal relacionada à prestação de serviços de transporte seja insuficiente ou inadequada, o local da operação será determinado com base na localização do transportador, fornecendo assim um critério claro de definição do local para efeitos de cobrança do imposto e responsabilidade tributária.

*Art. 3º O local da operação ou da prestação, para os efeitos da cobrança do imposto e definição do estabelecimento responsável, é:*

*II - tratando-se de prestação de serviço de transporte:*

*b) onde se encontre o transportador, quando em situação irregular pela falta de documentação fiscal ou quando acompanhada de documentação inidônea, como dispuser a legislação tributária;*

Portanto, o gabarito é CERTO.

**Gabarito: CERTO**

06. Conforme a Lei nº 4.257/1989, que trata do ICMS, avalie o item subsequente:

São imunes ao ICMS as operações com fonogramas e videofonogramas musicais produzidos no Brasil contendo obras musicais ou literomusicais de autores brasileiros e/ou obras em geral interpretadas por artistas brasileiros, bem como os suportes materiais ou arquivos digitais que os contenham, inclusive na etapa de replicação industrial de mídias ópticas de leitura a laser.

## Comentários:

“São imunes ao ICMS as operações com fonogramas e videofonogramas musicais produzidos no Brasil contendo obras musicais ou literomusicais de autores brasileiros e/ou obras em geral interpretadas por artistas brasileiros bem como os suportes materiais ou arquivos digitais que os contenham, ~~inclusive na etapa de replicação industrial de mídias ópticas de leitura a laser.~~”

O Inciso V do Artigo 4º estabelece uma imunidade ao imposto sobre operações que envolvem fonogramas e videofonogramas musicais produzidos no Brasil, desde que contenham obras musicais ou literomusicais de autores brasileiros e/ou obras interpretadas por artistas brasileiros, juntamente com os suportes materiais ou arquivos digitais que os contenham.

Em resumo, essa imunidade fiscal se aplica às transações que envolvem a produção e a distribuição de fonogramas e videofonogramas musicais nacionais que contenham obras de autores brasileiros ou interpretações de artistas brasileiros, assim como aos suportes físicos ou arquivos digitais que os abrigam.

É importante notar que essa imunidade não se estende à etapa de replicação industrial de mídias ópticas de leitura a laser. Isso significa que a imunidade fiscal não abrange a reprodução em larga escala desses materiais em mídias como CDs ou DVDs, limitando-se a proteger as operações relacionadas à produção e à distribuição original desses conteúdos musicais brasileiros.

*Art. 4º São imunes ao imposto:*

*V - as operações com fonogramas e videofonogramas musicais produzidos no Brasil contendo obras musicais ou literomusicais de autores brasileiros e/ou obras em geral interpretadas por artistas brasileiros bem como os suportes materiais ou arquivos digitais que os contenham, salvo na etapa de replicação industrial de mídias ópticas de leitura a laser.*

Portanto, o gabarito é ERRADO.

**Gabarito: ERRADO**

07. Conforme a Lei nº 4.257/1989, que trata do ICMS, avalie o item subsequente:

O ICMS incide sobre operações de qualquer natureza de que decorra a transferência de propriedade de estabelecimento industrial, comercial ou de outra espécie.

### Comentários:

---

“O ICMS **incide** sobre operações de qualquer natureza de que decorra a transferência de propriedade de estabelecimento industrial, comercial ou de outra espécie.”

O Inciso II do Artigo 5º estabelece uma situação em que o imposto não incide, ou seja, não é aplicado. Esse inciso especifica que o imposto sobre circulação de mercadorias e serviços (ICMS) não incide sobre as operações de qualquer natureza que resultem na transferência de propriedade de um estabelecimento industrial, comercial ou de outra espécie.

Em resumo, quando ocorre a transferência de propriedade de um estabelecimento, seja ele industrial, comercial ou de outra natureza, por meio de operações comerciais ou de outra natureza, o ICMS não é aplicado a essa transferência. Isso significa que a transação de transferência de propriedade de um estabelecimento não está sujeita à incidência desse imposto sobre a circulação de mercadorias e serviços.

*Art. 5º O imposto não incide sobre:*

*II - operações de qualquer natureza de que decorra a transferência de propriedade de estabelecimento industrial, comercial ou de outra espécie;*

Portanto, o gabarito é ERRADO.

### GABARITO: ERRADO

08. Conforme a Lei nº 4.257/1989, que trata do ICMS, avalie o item subsequente:

O ICMS incide sobre operações de qualquer natureza de que decorra a transferência de bens móveis, salvados de sinistro, para companhias seguradoras.

### Comentários:

---

“O ICMS **incide** sobre operações de qualquer natureza de que decorra a transferência de bens móveis, salvados de sinistro, para companhias seguradoras.”

O Inciso V do Artigo 5º estabelece uma situação em que o imposto sobre circulação de mercadorias e serviços (ICMS) não incide. Esse inciso especifica que o ICMS não é aplicado sobre as operações de qualquer natureza que resultem na transferência de bens móveis salvados de sinistro para companhias seguradoras.

Em resumo, quando ocorre a transferência de bens móveis que foram salvados de um sinistro para companhias seguradoras, o ICMS não é cobrado sobre essa operação. Isso significa que a transferência desses bens específicos para as seguradoras está isenta do imposto, proporcionando uma exceção à tributação normalmente aplicada a outras operações de circulação de mercadorias e serviços.

*Art. 5º O imposto não incide sobre:*

*V - operações de qualquer natureza de que decorra a transferência de bens móveis, salvados de sinistro, para companhias seguradoras;*

Portanto, o gabarito é ERRADO.

**Gabarito: ERRADO**

**09. Conforme a Lei nº 4.257/1989, que trata do ICMS, avalie o item subsequente:**

**Contribuinte é qualquer pessoa, física ou jurídica, que realize, com habitualidade ou em volume que caracterize intuito comercial, operações de circulação de mercadoria ou prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior.**

## Comentários:

Perfeito. O Artigo 12 define o conceito de contribuinte no contexto do imposto sobre circulação de mercadorias e serviços (ICMS). De acordo com esse artigo:

- Um contribuinte é considerado qualquer pessoa, seja física ou jurídica, que realize operações de circulação de mercadorias ou prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação.
- Essas operações e prestações podem ser habituais ou realizadas em volume que demonstre um intuito comercial, independentemente de onde elas tenham se iniciado, inclusive no exterior.

Essa definição ampla de contribuinte abrange tanto pessoas físicas quanto jurídicas que estejam envolvidas em atividades comerciais que envolvam a circulação de mercadorias ou a prestação de serviços de transporte e comunicação, independentemente do país de origem das operações, desde que sejam realizadas de forma habitual ou em volume que denote uma intenção comercial.

*Art. 12. Contribuinte é qualquer pessoa, física ou jurídica, que realize, com habitualidade ou em volume que caracterize intuito comercial, operações de circulação de mercadoria ou prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior.*

Portanto, o gabarito é CERTO.

**Gabarito: CERTO**

**10. Conforme a Lei nº 4.257/1989, que trata do ICMS, avalie o item subsequente:**

**Incluem-se entre os contribuintes do ICMS o comerciante, o industrial, o produtor e o extrator de mercadorias.**

## Comentários:

Perfeito. O Inciso I do Artigo 13 estabelece que estão inclusos como contribuintes do imposto sobre circulação de mercadorias e serviços (ICMS) as seguintes categorias:

- 1. O comerciante:** refere-se a qualquer pessoa física ou jurídica que realize atividades de compra e venda de mercadorias. Essa pessoa pode atuar como intermediário na comercialização de produtos, comprando de fornecedores e vendendo para consumidores finais.
- 2. O industrial:** diz respeito a pessoas físicas ou jurídicas que realizam atividades de transformação de matérias-primas em produtos acabados. Os industriais são responsáveis pela produção em larga escala de bens manufaturados.
- 3. O produtor:** inclui indivíduos ou empresas que estão envolvidos na produção de mercadorias, muitas vezes diretamente da matéria-prima. Isso pode incluir agricultores, pecuaristas, pescadores e outros que produzem bens para o mercado.
- 4. O extrator de mercadorias:** refere-se a pessoas físicas ou jurídicas que se dedicam à extração de recursos naturais, como minérios, petróleo, gás, entre outros. Esses extratores são responsáveis por obter esses materiais da natureza para posterior comercialização.

Portanto, o Inciso I do Artigo 13 do ICMS estabelece que comerciantes, industriais, produtores e extratores de mercadorias estão incluídos como contribuintes desse imposto, devido às atividades que desempenham no processo de circulação de mercadorias.

*Art. 13. Incluem-se entre os contribuintes do imposto:  
I - o comerciante, o industrial, o produtor e o extrator de mercadorias;*

Portanto, o gabarito é CERTO.

**Gabarito: CERTO**

**11. Conforme a Lei nº 4.257/1989, que trata do ICMS, avalie o item subsequente:**

**São responsáveis pelo pagamento do ICMS, solidariamente, os contribuintes que receberem mercadorias, a qualquer título, desacompanhadas de documentação fiscal ou sendo esta inidônea.**

## Comentários:

Perfeito. O Inciso VII do Artigo 14 estabelece que os contribuintes que recebem mercadorias sem a devida documentação fiscal ou com documentação considerada inidônea são solidariamente responsáveis pelo pagamento do imposto devido. Isso significa que, se um contribuinte receber mercadorias nessas condições, ele compartilha a responsabilidade pelo pagamento do imposto juntamente com o remetente. Essa medida visa assegurar a conformidade tributária e desencorajar práticas que envolvam a circulação de mercadorias sem a documentação fiscal adequada, tornando os destinatários igualmente responsáveis quando a regularidade da operação não pode ser comprovada de forma adequada

*Art. 14. São responsáveis pelo pagamento do imposto devido:  
VII - solidariamente, os contribuintes que receberem mercadorias, a qualquer título, desacompanhadas de documentação fiscal ou sendo esta inidônea;*

Portanto, o gabarito é CERTO.

**Gabarito: CERTO**

**12. Conforme a Lei nº 4.257/1989, que trata do ICMS, avalie o item subsequente:**

**É assegurado ao contribuinte substituído o direito à restituição do valor do imposto pago por força da substituição tributária, correspondente ao fato gerador presumido que não se realizar.**

## Comentários:

Perfeito. O Artigo 18 estabelece um direito importante para o contribuinte substituído no contexto da substituição tributária. Ele garante que o contribuinte substituído tem o direito à restituição do valor do imposto pago devido à substituição tributária, quando o fato gerador presumido não se concretiza. Em outras palavras, se a situação que levou à cobrança antecipada do imposto não se concretiza, o contribuinte substituído tem o direito de solicitar a restituição do valor do imposto pago indevidamente. Esse dispositivo visa proteger o contribuinte substituído de pagar impostos antecipadamente em situações em que o fato gerador presumido não se concretiza, garantindo assim a justiça fiscal e a proteção dos direitos dos contribuintes.

*Art. 18. É assegurado ao contribuinte substituído o direito à restituição do valor do imposto pago por força da substituição tributária, correspondente ao fato gerador presumido que não se realizar.*

Portanto, o gabarito é CERTO.

**Gabarito: CERTO**

**13. Conforme a Lei nº 4.257/1989, que trata do ICMS, avalie o item subsequente:**

**Estabelecimento é o local, privado ou público, edificado ou não, próprio ou de terceiro, onde pessoas físicas ou jurídicas exerçam suas atividades em caráter temporário ou permanente, bem como onde se encontrem armazenadas mercadorias. Sendo que na impossibilidade de determinação do estabelecimento, considera-se como tal o local em que tenha sido efetuada a operação ou a prestação, encontrada a mercadoria ou constatada a prestação.**

## Comentários:

Perfeito. O Inciso I do Artigo 20 define o termo "estabelecimento" para efeitos de aplicação do ICMS, indicando que se trata do local, privado ou público, onde pessoas físicas ou jurídicas realizam suas atividades de forma temporária ou permanente, incluindo o armazenamento de mercadorias. Em situações em que não é possível determinar o estabelecimento específico, o texto estabelece que o local onde a operação ocorreu, onde a mercadoria foi encontrada ou onde a prestação foi constatada deve ser considerado como o estabelecimento para fins de aplicação do imposto. Essa definição é essencial para garantir que a tributação seja aplicada de

acordo com o local real onde as atividades comerciais ocorrem, mesmo em circunstâncias em que a identificação precisa do estabelecimento seja desafiadora.

*Art. 20. Estabelecimento é o local, privado ou público, edificado ou não, próprio ou de terceiro, onde pessoas físicas ou jurídicas exerçam suas atividades em caráter temporário ou permanente, bem como onde se encontrem armazenadas mercadorias, observado, ainda, o seguinte:*

*I - na impossibilidade de determinação do estabelecimento, considera-se como tal o local em que tenha sido efetuada a operação ou prestação, encontrada a mercadoria ou constatada a prestação;*

Portanto, o gabarito é CERTO.

**Gabarito: CERTO**

**14. Conforme a Lei nº 4.257/1989, que trata do ICMS, avalie o item subsequente:**

**Para os efeitos de cumprimento da obrigação tributária e de determinação de competência das autoridades administrativas, considera-se domicílio tributário do sujeito ativo, se pessoa jurídica de direito privado, ou firma individual, o lugar do estabelecimento responsável pelo cumprimento da obrigação tributária.**

## Comentários:

“Para os efeitos de cumprimento da obrigação tributária e de determinação de competência das autoridades administrativas, considera-se domicílio tributário do sujeito **ativo**, se pessoa jurídica de direito privado, ou firma individual, o lugar do estabelecimento responsável pelo cumprimento da obrigação tributária.”

O Inciso I do Artigo 22 estabelece onde está localizado o domicílio tributário do sujeito passivo, no caso de pessoa jurídica de direito privado ou firma individual, para efeitos de cumprimento das obrigações tributárias e determinação da competência das autoridades administrativas. De acordo com esse inciso, o domicílio tributário do sujeito passivo é considerado como o lugar do estabelecimento responsável pelo cumprimento das obrigações fiscais. Isso significa que, para empresas ou empresários individuais, o local onde as atividades comerciais são conduzidas e onde as obrigações fiscais são cumpridas é considerado o domicílio tributário, sendo o ponto de referência para a aplicação das normas tributárias e para a atuação das autoridades fiscais na fiscalização e na cobrança dos tributos devidos.

*Art. 22. Para os efeitos de cumprimento da obrigação tributária e de determinação de competência das autoridades administrativas, considera-se domicílio tributário do sujeito passivo:*

*I - se pessoa jurídica de direito privado, ou firma individual, o lugar do estabelecimento responsável pelo cumprimento da obrigação tributária;*

Portanto, o gabarito é ERRADO.

**Gabarito: ERRADO**

**15. Conforme a Lei nº 4.257/1989, que trata do ICMS, avalie o item subsequente:**

**Em se tratando de imóvel rural, quando este estiver situado em território de mais de um Município, considera-se o contribuinte domiciliado no Município onde se encontrar localizada a filial da propriedade, ou na ausência desta, naquele em que situar a menor área da propriedade.**

## Comentários:

“Em se tratando de imóvel rural, quando este estiver situado em território de mais de um Município, considera-se o contribuinte domiciliado no Município onde se encontrar localizada a **filial** da propriedade, ou na ausência desta, naquele em que situar a **menor** área da propriedade.”

O parágrafo 2º estabelece uma regra específica para imóveis rurais que estejam localizados em territórios abrangendo mais de um município. Nesse contexto, determina-se o domicílio do contribuinte, considerando o seguinte critério: se o imóvel rural estiver situado em território de diversos municípios, o contribuinte é considerado domiciliado no município onde a sede da propriedade estiver localizada. Na falta de uma sede, o critério passa a ser o município que contiver a maior área da propriedade. Essa definição é fundamental para estabelecer a responsabilidade tributária e a competência fiscal em situações em que imóveis rurais se estendem por múltiplos municípios, assegurando uma base clara para a aplicação das normas fiscais e a determinação do domicílio tributário para esse tipo de propriedade.

*Art. 22. Para os efeitos de cumprimento da obrigação tributária e de determinação de competência das autoridades administrativas, considera-se domicílio tributário do sujeito passivo:*

*§ 2º Em se tratando de imóvel rural, quando este estiver situado em território de mais de um Município, considera-se o contribuinte domiciliado no Município onde se encontrar localizada a sede da propriedade, ou na ausência desta, naquele em que situar a maior área da propriedade.*

Portanto, o gabarito é ERRADO.

**Gabarito: ERRADO**

16. Conforme a Lei nº 4.257/1989, que trata do ICMS, avalie o item subsequente:

A base de cálculo do ICMS é o valor corrente do serviço no local da prestação, quando o preço dessa última estiver abaixo do valor de mercado.

## Comentários:

“A base de cálculo do ICMS é o valor corrente do serviço no local da prestação, ~~quando o preço desta estiver abaixo do valor de mercado.~~”

O Inciso VI do Artigo 24 estabelece que a base de cálculo do imposto é o valor corrente do serviço no local da prestação, nos casos em que o preço do serviço não tenha sido determinado previamente. Isso significa que quando não há um preço específico acordado para um determinado serviço, a base de cálculo para o imposto é o valor usual ou corrente desse serviço na região onde ele foi prestado.

*Art. 24. A base de cálculo do imposto é:*

*VI - o valor corrente do serviço no local da prestação, quando o preço desta não for determinado;*

Portanto, o gabarito é ERRADO.

**Gabarito: ERRADO**

17. Conforme a Lei nº 4.257/1989, que trata do ICMS, avalie o item subsequente:

Integra a base de cálculo do ICMS o montante do Imposto sobre Produtos Industrializados, quando a operação, realizada entre contribuintes e relativa a produto destinado à industrialização ou à comercialização, configurar fato gerador de ambos os impostos.

## Comentários:

“A base de cálculo do ICMS é o valor corrente do serviço no local da prestação, ~~quando o preço desta estiver abaixo do valor de mercado.~~”

O parágrafo 6º estabelece que o montante do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) não integra a base de cálculo do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), quando a operação entre contribuintes, referente a produtos destinados à industrialização ou à comercialização, caracteriza o fato gerador de ambos os impostos. Essa regra impede a inclusão do valor do IPI na base de cálculo do ICMS, quando a mesma operação gera a incidência de ambos os impostos, evitando a tributação duplicada sobre o mesmo evento econômico e garantindo uma tributação mais coerente e justa nessas circunstâncias específicas.

*Art. 24. A base de cálculo do imposto é:*

*§ 6º Não integra a base de cálculo do imposto o montante do Imposto sobre Produtos Industrializados, quando a operação, realizada entre contribuintes e relativa a produto destinado à industrialização ou à comercialização, configurar fato gerador de ambos os impostos.*

Portanto, o gabarito é ERRADO.

**Gabarito: ERRADO**

**18. Conforme a Lei nº 4.257/1989, que trata do ICMS, avalie o item subsequente:**

**O ICMS é não cumulativo, compensando-se o que for devido, em cada operação relativa à circulação de mercadorias ou prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, com o montante cobrado nas anteriores pelo mesmo ou por outro Estado.**

## Comentários:

Perfeito. O Artigo 31 estabelece o princípio da não cumulatividade do imposto, referente ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). De acordo com essa regra, o imposto não deve ser acumulado ao longo das diversas etapas de circulação de mercadorias ou prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação. Em vez disso, o ICMS devido em cada operação deve ser compensado com o montante cobrado nas operações anteriores, seja pelo mesmo estado ou por outro estado. Esse mecanismo de compensação visa evitar a acumulação de tributação sobre o mesmo produto ou serviço em diferentes etapas da cadeia produtiva, promovendo uma tributação mais justa e equilibrada ao longo do processo de circulação de mercadorias e prestação de serviços sujeitos ao ICMS.

*Art. 31. O imposto é não cumulativo, compensando-se o que for devido, em cada operação relativa à circulação de mercadorias ou prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, com o montante cobrado nas anteriores pelo mesmo ou por outro Estado.*

Portanto, o gabarito é CERTO.

**Gabarito: CERTO**

**19. Conforme a Lei nº 4.257/1989, que trata do ICMS, avalie o item subsequente:**

**É vedada a apropriação, a título de crédito fiscal, em relação às entradas de mercadorias ou à utilização de serviços resultantes de operações ou prestações isentas ou não tributadas, ou que se refiram a mercadorias ou serviços alheios à atividade do estabelecimento.**

## Comentários:

---

Perfeito. O Inciso I do Artigo 33 estabelece que é proibida a apropriação, como crédito fiscal, em relação a:

- Entradas de mercadorias ou utilização de serviços provenientes de operações ou prestações que sejam isentas de imposto ou não tributadas; ou
- Entradas de mercadorias ou utilização de serviços que se refiram a produtos ou serviços que não estão relacionados com a atividade específica do estabelecimento.

Em resumo, esse inciso impede que as empresas considerem como crédito fiscal as entradas de mercadorias ou serviços que se enquadram nessas categorias. Isso significa que não é permitido utilizar essas operações isentas ou não tributadas, ou que não estão ligadas diretamente às atividades comerciais do estabelecimento, para deduzir impostos a serem pagos, garantindo que os créditos fiscais sejam aplicados apenas em transações que estejam diretamente relacionadas à atividade tributável e ao funcionamento regular do negócio.

*Art. 33. É vedada a apropriação, a título de crédito fiscal, em relação a  
I - entradas de mercadorias ou utilização de serviços resultantes de operações ou prestações isentas ou não tributadas, ou que se refiram a mercadorias ou serviços alheios à atividade do estabelecimento;*

Portanto, o gabarito é CERTO.

**Gabarito: CERTO**

**20. Conforme a Lei nº 4.257/1989, que trata do ICMS, avalie o item subsequente:**

**O pagamento do ICMS fora dos prazos regulamentares estará sujeito a juros de 1% (um por cento) a cada 30 (trinta) dias, contados a partir do prazo originalmente estabelecido para o seu recolhimento.**

## Comentários:

---

Perfeito. O Artigo 42 estabelece que o pagamento do imposto fora dos prazos regulamentares estará sujeito a juros de 1% (um por cento) a cada 30 (trinta) dias, a contar do prazo originalmente estabelecido para o seu recolhimento. Isso significa que se o contribuinte não efetuar o pagamento do imposto dentro do prazo estabelecido pela legislação, ele estará sujeito a juros de mora que serão calculados à taxa de 1% a cada período de 30 dias de atraso, contados a partir do prazo originalmente previsto para o recolhimento do imposto.

*Art. 42. O pagamento do imposto fora dos prazos regulamentares estará sujeito a juros de 1% (um por cento) a cada 30 (trinta) dias, contados a partir do prazo originalmente estabelecido para o seu recolhimento.*

Portanto, o gabarito é CERTO.

**Gabarito: CERTO**

## LEI Nº 4.261/1989, QUE DISCIPLINA O IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO "CAUSA MORTIS" E DOAÇÃO DE QUAISQUER BENS OU DIREITOS

01. Conforme a Lei 4.261/1989, que trata do ITCMD no estado do Piauí, avalie o item subsequente:

O Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos - ITCMD tem como fato gerador a transmissão causa mortis e a doação, a qualquer título, de direitos reais sobre bens imóveis, inclusive os de garantia.

### Comentários:

“O Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos - ITCMD tem como fato gerador a transmissão causa mortis e a doação, a qualquer título, de direitos reais sobre bens imóveis, **inclusive os de garantia.**”

O Inciso II do Artigo 2º estabelece que o Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCMD) tem como fato gerador a transmissão em decorrência de morte (causa mortis) e as doações, em qualquer circunstância, de direitos reais sobre bens imóveis, com exceção dos direitos reais de garantia.

Isso significa que o ITCMD incide sobre a transmissão de direitos reais de propriedade de bens imóveis em casos de herança (transmissão causa mortis) e doações, exceto quando se trata de direitos reais sobre imóveis dados em garantia.

*Art. 2º O Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos - ITCMD tem como fato gerador a transmissão causa mortis e a doação, a qualquer título, de:*

*II - direitos reais sobre bens imóveis, exceto os de garantia;*

Portanto, o gabarito é ERRADO.

**Gabaritos: ERRADO**

**02. Conforme a Lei nº 4.261/1989, que trata do ITCMD no estado do Piauí, avalie o item subsequente:**  
**O Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos - ITCMD tem como fato gerador a transmissão causa mortis e a doação, a qualquer título, de bens móveis, inclusive semoventes, títulos, créditos, ações, quotas, valores e outros bens móveis de qualquer natureza, bem como dos direitos a eles relativos, exceto onde garantia.**

## Comentários:

---

Perfeito. O Inciso III do Artigo 2º estabelece que o Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCMD) incide sobre a transmissão em decorrência de morte (causa mortis) e as doações de bens móveis, incluindo semoventes (animais), títulos, créditos, ações, quotas, valores e outros bens móveis de qualquer natureza, assim como os direitos a eles relacionados, com exceção daqueles dados em garantia.

Essa disposição significa que o ITCMD é devido quando ocorre a transferência, por herança ou doação, de bens móveis de variadas categorias, como títulos, ações, valores mobiliários e outros bens móveis, exceto quando esses bens móveis são utilizados como garantia em alguma transação.

*Art. 2º O Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos - ITCMD tem como fato gerador a transmissão causa mortis e a doação, a qualquer título, de:*

*III - bens móveis, inclusive semoventes, títulos, créditos, ações, quotas, valores e outros bens móveis de qualquer natureza, bem como dos direitos a eles relativos, exceto onde garantia.*

Portanto, o gabarito é CERTO.

**Gabarito: CERTO**

**03. Conforme a Lei nº 4.261/1989, que trata do ITCMD no estado do Piauí, avalie o item subsequente:**  
**O ITCMD incide também sobre a incorporação de bem móvel ou imóvel ao patrimônio de pessoa física ou jurídica em decorrência de transmissão causa mortis ou doação.**

## Comentários:

---

Perfeito. O Inciso I do Artigo 3º estabelece que o Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCMD) incide sobre a incorporação de bens móveis ou imóveis ao patrimônio de uma pessoa física ou jurídica em decorrência de transmissão por herança (causa mortis) ou doação.

Isso significa que quando ocorre a transferência de propriedade de um bem móvel ou imóvel para o patrimônio de uma pessoa física ou jurídica como resultado de uma herança ou doação, o ITCMD é devido sobre essa incorporação.

*Art. 3º O imposto incide também sobre as seguintes e principais modalidades de transmissão:*

*I - incorporação de bem móvel ou imóvel ao patrimônio de pessoa física ou jurídica em decorrência de transmissão causa mortis ou doação;*

Portanto, o gabarito é CERTO.

**Gabarito: CERTO**

**04. Conforme a Lei nº 4.261/1989, que trata do ITCMD no estado do Piauí, avalie o item subsequente:  
O ITCMD incide também sobre a cessão de direito do arrematante ou adjudicante, depois de assinado o auto de arrematação ou adjudicação.**

### Comentários:

Perfeito. O Inciso VII do Artigo 3º estabelece que o Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCMD) incide sobre a cessão de direitos do arrematante ou adjudicante, após a assinatura do auto de arrematação ou adjudicação.

Essa disposição se refere à tributação da transferência de direitos sobre um bem arrematado em leilão ou adjudicado, quando o arrematante ou adjudicante cede esses direitos a terceiros. Nesse caso, o ITCMD é devido sobre essa cessão de direitos, após a formalização da arrematação ou adjudicação do bem.

*Art. 3º O imposto incide também sobre as seguintes e principais modalidades de transmissão:*

*VII - cessão de direito do arrematante ou adjudicante, depois de assinado o auto de arrematação ou adjudicação*

Portanto, o gabarito é CERTO.

**Gabarito: CERTO**

**05. Conforme a Lei nº 4.261/1989, que trata do ITCMD no estado do Piauí, avalie o item subsequente:  
O ITCMD é devido a este Estado em se tratando de bens imóveis e respectivos direitos, quando situados no seu território.**

### Comentários:

---

Perfeito. O Inciso I do Artigo 4º estabelece que o Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCMD) é devido ao estado em que está localizado o bem imóvel e seus respectivos direitos, ou seja, quando esses bens estão situados dentro do território desse estado específico.

Essa regra determina que a competência para a cobrança do ITCMD recai sobre o estado onde o bem imóvel está localizado. Portanto, se a transmissão por causa mortis ou doação envolver bens imóveis situados em determinado estado, é para esse estado que o imposto deve ser recolhido.

*Art. 4º O imposto é devido a este Estado:*

*I - em se tratando de bens imóveis e respectivos direitos, quando situados no seu território;*

Portanto, o gabarito é CERTO.

**Gabarito: CERTO**

**06. Conforme a Lei nº 4.261/1989, que trata do ITCMD no estado do Piauí, avalie o item subsequente:  
Não há imunidade de ITCMD na transmissão causa mortis ou por doação de livro, jornal, periódico e o papel destinado a sua impressão.**

### Comentários:

---

“**Não há imunidade** de ITCMD na transmissão causa mortis ou por doação de livro, jornal, periódico e o papel destinado a sua impressão.”

O Inciso II do Artigo 6º estabelece que é imune ao Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCMD) a transmissão por causa mortis ou por doação de livros, jornais, periódicos e papel destinado à sua impressão.

Essa imunidade significa que a transmissão desses tipos específicos de bens - livros, jornais, periódicos e papel para impressão - por herança ou doação não está sujeita ao pagamento do ITCMD. Em outras palavras, a legislação estabelece que não é necessário recolher esse imposto quando ocorre a transferência desses itens mencionados.

*Art. 6º São imunes ao ITCMD:*

*II - a transmissão causa mortis ou por doação de livro, jornal, periódico e o papel destinado a sua impressão;*

Portanto, o gabarito é ERRADO.

**Gabarito: ERRADO**

**07. Conforme a Lei nº 4.261/1989, que trata do ITCMD no estado do Piauí, avalie o item subsequente:**

**O ITCMD incide sobre os atos que fazem cessar entre os proprietários a indivisibilidade dos bens comuns, desde que deles não decorra qualquer tipo de transmissão dos mesmos bens.**

## Comentários:

“O ITCMD **incide** sobre os atos que fazem cessar entre os proprietários a indivisibilidade dos bens comuns, desde que deles não decorra qualquer tipo de transmissão dos mesmos bens.”

O Inciso I do Artigo 7º estabelece que o Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCMD) não incide sobre os atos que resultam na divisão dos bens comuns entre os proprietários, desde que essa divisão não envolva a transmissão dos mesmos bens para terceiros.

Em outras palavras, quando ocorre a partilha de bens comuns entre os proprietários sem que haja uma efetiva transferência desses bens para terceiros, o ITCMD não é aplicável. Essa situação ocorre, por exemplo, em casos de divisão de herança entre herdeiros ou de partilha de bens em decorrência de dissolução de sociedade conjugal, desde que a divisão não resulte na transmissão desses bens para fora do grupo de proprietários originais.

*Art. 7º O ITCMD não incide:*

*I - sobre os atos que fazem cessar entre os proprietários a indivisibilidade dos bens comuns, desde que deles não decorra qualquer tipo de transmissão dos mesmos bens.*

Portanto, o gabarito é ERRADO.

**Gabarito: ERRADO**

**08. Conforme a Lei nº 4.261/1989, que trata do ITCMD no estado do Piauí, avalie o item subsequente:  
A base de cálculo do ITCMD é o valor venal dos bens ou direitos transmitidos, na data da avaliação, atualizada até a data do pagamento.**

## Comentários:

Perfeito. O Artigo 9º estabelece que a base de cálculo do Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCMD) é o valor venal dos bens ou direitos transmitidos na data da avaliação. Esse valor venal é então atualizado até a data do pagamento do imposto.

Essa definição determina que o imposto é calculado com base no valor de mercado dos bens ou direitos transmitidos no momento da avaliação. Esse valor é usado como referência para a cobrança do imposto sobre a transmissão desses bens ou direitos. Além disso, a legislação estipula que esse valor venal deve ser atualizado até a data em que o imposto é efetivamente pago, garantindo que a base de cálculo reflita de forma mais precisa o valor dos bens no momento da quitação do imposto.

*Art. 9º A base de cálculo do imposto é o valor venal dos bens ou direitos transmitidos, na data da avaliação, atualizada até a data do pagamento.*

Portanto, o gabarito é CERTO.

**Gabarito: CERTO**

**09. Conforme a Lei nº 4.261/1989, que trata do ITCMD no estado do Piauí, avalie o item subsequente:  
O contribuinte que não concordar com a avaliação efetuada pela Fazenda Pública Estadual poderá requerer avaliação contraditória, no prazo de 30 (trinta) dias, contado do momento em que comprovadamente tiver ciência do fato.**

## Comentários:

Perfeito. O Artigo 10 estabelece que o contribuinte que não concordar com a avaliação realizada pela Fazenda Pública Estadual tem o direito de solicitar uma avaliação contraditória. Esse pedido deve ser feito dentro do prazo de 30 (trinta) dias, a contar do momento em que o contribuinte tiver ciência comprovada do fato.

Para solicitar essa avaliação contraditória, o contribuinte deve seguir algumas diretrizes específicas. É importante observar os procedimentos e requisitos necessários para iniciar esse processo de revisão da avaliação realizada pelo órgão fiscalizador.

*Art. 10. O contribuinte que não concordar com a avaliação efetuada pela Fazenda Pública Estadual poderá requerer avaliação contraditória, no prazo de 30 (trinta) dias, contado do momento em que comprovadamente tiver ciência do fato, observado o seguinte:*

Portanto, o gabarito é CERTO.

**Gabarito: CERTO**

**10. Conforme a Lei nº 4.261/1989, que trata do ITCMD no estado do Piauí, avalie o item subsequente: Em se tratando de ações representativas do capital de sociedade, a base de cálculo é determinada por sua cotação média na Bolsa de Valores, na data da avaliação, ou na imediatamente anterior, quando não houver pregão ou quando essas não tiverem sido negociadas naquele dia, regredindo-se, se for o caso, até o máximo de 180 (cento e oitenta) dias.**

## Comentários:

Perfeito. O Artigo 11 estabelece que, no caso de ações que representam o capital de sociedade, a base de cálculo do Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCMD) é determinada com base na cotação média dessas ações na Bolsa de Valores. Essa determinação é feita na data da avaliação ou na data imediatamente anterior, caso não haja pregão ou se as ações não tenham sido negociadas no dia da avaliação.

Se não houver cotação disponível para as ações nesses dias, a legislação permite retroceder até um máximo de 180 (cento e oitenta) dias para encontrar a cotação média das ações. Isso garante que a base de cálculo do imposto seja calculada de forma mais precisa, levando em consideração o valor de mercado das ações no período mais próximo possível da transmissão.

*Art. 11. Em se tratando de ações representativas do capital de sociedade, a base de cálculo é determinada por sua cotação média na Bolsa de Valores, na data da avaliação, ou na imediatamente anterior, quando não houver pregão ou quando essas não tiverem sido negociadas naquele dia, regredindo-se, se for o caso, até o máximo de 180 (cento e oitenta) dias.*

Portanto, o gabarito é CERTO.

**Gabarito: CERTO**

## LEI Nº 4.548/1992, QUE DISPÕE SOBRE O IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE DE VEÍCULOS AUTOMOTORES, IPVA.

01. Conforme a Lei nº 4.548/1992, que trata do IPVA no estado do Piauí, avalie o item subsequente:  
Considera-se ocorrido o fato gerador do IPVA no dia primeiro de dezembro de cada ano.

### Comentários:

“Considera-se ocorrido o fato gerador do IPVA no dia **primeiro de dezembro** de cada ano.”

O Inciso I do Artigo 3º estabelece que o fato gerador do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) é considerado ocorrido no dia 1º de janeiro de cada ano. Isso significa que a situação que dá origem à obrigação de pagamento do IPVA, que no caso é a propriedade de veículos automotores registrados ou licenciados no estado, considerada válida e efetiva a partir do primeiro dia do ano civil.

*Art. 3º Considera-se ocorrido o fato gerador:  
I - no dia primeiro de janeiro de cada ano;*

**Gabarito: ERRADO**

02. Conforme a Lei nº 4.548/1992, que trata do IPVA no estado do Piauí, avalie o item subsequente:  
O Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA tem como fato gerador a propriedade de veículos automotores registrados ou licenciados neste Estado.

### Comentários:

Perfeito. O Artigo 2º estabelece que o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) tem como fato gerador a propriedade de veículos automotores registrados ou licenciados no respectivo estado. Isso significa que a obrigação de pagar o IPVA surge a partir do momento em que alguém é proprietário de um veículo automotor que está registrado ou licenciado na jurisdição daquele estado específico.

*Art. 2º O Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA tem como fato gerador a propriedade de veículos automotores registrados ou licenciados neste Estado.*

Portanto, o gabarito é CERTO.

**Gabarito: CERTO**

**03. Conforme a Lei nº 4.548/1992, que trata do IPVA no estado do Piauí, avalie o item subsequente: Considera-se ocorrido o fato gerador do IPVA, em se tratando de veículo novo, na data da sua aquisição, por consumidor final, ou quando da incorporação ao ativo permanente por empresa fabricante ou revendedora.**

## Comentários:

Perfeito. O Inciso II do Artigo 3º estabelece que, no caso de veículo novo, o fato gerador do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) ocorre na data da sua aquisição por um consumidor final ou quando o veículo é incorporado ao ativo permanente por uma empresa fabricante ou revendedora.

Essa disposição significa que, no caso de veículos novos, a obrigação de pagamento do IPVA surge no momento em que o veículo é adquirido por um consumidor final ou quando é incorporado ao ativo permanente de uma empresa que atua na fabricação ou revenda de veículos. Dessa forma, a data de aquisição do veículo novo é considerada o ponto de partida para a incidência do IPVA sobre a propriedade desse veículo, tanto para consumidores finais quanto para empresas que o incorporam em seu ativo permanente.

*Art. 3º Considera-se ocorrido o fato gerador:*

*II - em se tratando de veículo novo, na data da sua aquisição, por consumidor final, ou quando da incorporação ao ativo permanente por empresa fabricante ou revendedora;*

Portanto, o gabarito é CERTO.

**Gabarito: CERTO**

**04. Conforme a Lei nº 4.548/1992, que trata do IPVA no estado do Piauí, avalie o item subsequente: Considera-se ocorrido o fato gerador do IPVA, em se tratando de veículo não registrado e não licenciado neste Estado, na data da aquisição, quando não houver comprovação do pagamento do IPVA em outra Unidade da Federação.**

## Comentários:

Perfeito. O Inciso III do Artigo 3º estabelece que, no caso de um veículo que não esteja registrado nem licenciado no estado em questão, o fato gerador do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) ocorre na data da aquisição desse veículo, desde que não haja comprovação do pagamento do IPVA em outra unidade da federação.

Essa regra significa que, se um veículo não está registrado ou licenciado no estado em que se encontra e não há evidência de que o IPVA tenha sido pago em outra unidade federativa, a aquisição desse veículo desencadeia a obrigação de pagar o IPVA naquele estado específico. Nesse caso, a data de aquisição do veículo é considerada o momento em que o fato gerador do IPVA é estabelecido, a menos que haja prova de que o imposto foi pago em outro estado. Isso garante que os veículos que circulam ou são adquiridos e utilizados em um determinado estado cumpram as obrigações fiscais locais relacionadas ao IPVA, mesmo que não estejam registrados ou licenciados nesse estado.

*Art. 3º Considera-se ocorrido o fato gerador:*

*III - em se tratando de veículo não registrado e não licenciado neste Estado, na data da aquisição, quando não houver comprovação do pagamento do IPVA em outra Unidade da Federação;*

Portanto, o gabarito é CERTO.

**Gabarito: CERTO**

**05. Conforme a Lei nº 4.548/1992, que trata do IPVA no estado do Piauí, avalie o item subsequente:**

**Considera-se disponibilizado temporariamente para locação nesse estado o veículo que seja objeto de, no máximo, um contrato de locação que envolva a entrega desse veículo ao locatário em território piauiense.**

## Comentários:

Perfeito. O parágrafo 2º estabelece que um veículo é considerado temporariamente disponibilizado para locação no estado quando ele é objeto de, no máximo, um contrato de locação que envolve a entrega desse veículo ao locatário dentro do território do Piauí. Isso significa que se um veículo é alugado e entregue a um locatário em território piauiense, ele é considerado disponibilizado temporariamente para locação nesse estado.

*Art. 3º Considera-se ocorrido o fato gerador:*

*§ 2º Considera-se disponibilizado temporariamente para locação neste Estado o veículo que seja objeto de, no máximo, um contrato de locação que envolva a entrega desse veículo ao locatário em território piauiense*

Portanto, o gabarito é CERTO.

**Gabarito: CERTO**

**06. Conforme a Lei nº 4.548/1992, que trata do IPVA no estado do Piauí, avalie o item subsequente: Considerar-se-á domicílio, para efeito de IPVA, o estabelecimento situado no território desse estado, quanto aos veículos automotores ainda que não estejam vinculados na data da ocorrência do fato gerador.**

### Comentários:

“Considerar-se-á domicílio, para efeito de IPVA, o estabelecimento situado no território deste Estado, quanto aos veículos automotores ~~ainda que não estejam vinculados~~ na data da ocorrência do fato gerador.”

O parágrafo 5º estabelece critérios para determinar o domicílio para efeitos do que está disposto no parágrafo 4º do mesmo artigo. Em particular, define que, para veículos automotores vinculados a um estabelecimento situado no território do estado, esse estabelecimento será considerado o domicílio na data em que ocorrer o fato gerador. Essa definição é relevante para determinar onde um veículo é considerado domiciliado para efeitos fiscais, especialmente em situações em que há vinculação do veículo a um estabelecimento específico dentro do estado.

*Art. 3º Considera-se ocorrido o fato gerador:*

*§ 5º Para os efeitos do disposto no § 4º deste artigo, considerar-se-á domicílio:*

*I - o estabelecimento situado no território deste Estado, quanto aos veículos automotores que a ele estejam vinculados na data da ocorrência do fato gerador;*

Portanto, o gabarito é ERRADO.

**Gabarito: ERRADO**

**07. Conforme a Lei nº 4.548/1992, que trata do IPVA no estado do Piauí, avalie o item subsequente: Considerar-se-á domicílio, para efeito de IPVA, o local de qualquer órgão da Administração Pública Estadual de todos os Poderes, quando esse não for o locatário.**

### Comentários:

“Considerar-se-á domicílio, para efeito de IPVA, o local de qualquer órgão da Administração Pública Estadual de todos os Poderes, quando esse **não** for o locatário.”

O inciso IV estabelece que o local de qualquer órgão da Administração Pública Estadual de todos os Poderes será considerado como domicílio para efeitos fiscais no caso em que esse órgão seja o locatário do veículo. Em outras palavras, quando um órgão pertencente à Administração Pública Estadual do Piauí, independentemente do Poder a que pertença, atua como locatário de um veículo, o domicílio desse veículo para fins fiscais será considerado o local desse órgão público.

*Art. 3º Considera-se ocorrido o fato gerador:*

*§ 5º Para os efeitos do disposto no § 4º deste artigo, considerar-se-á domicílio:*

*IV - o local de qualquer órgão da Administração Pública Estadual de todos os Poderes, quando esse for o locatário.*

Portanto, o gabarito é ERRADO.

**Gabarito: ERRADO**

**08. Conforme a Lei nº 4.548/1992, que trata do IPVA no estado do Piauí, avalie o item subsequente:**

**É imune ao imposto a propriedade de veículos automotores que integrem o patrimônio das autarquias e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, ainda que os veículos não sejam vinculados às suas finalidades essenciais.**

## Comentários:

“É imune ao imposto a propriedade de veículos automotores que integrem o patrimônio das autarquias e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, ~~ainda que os veículos não sejam vinculados às suas finalidades essenciais.~~”

O Inciso II do Artigo 4º estabelece que a propriedade de veículos automotores que pertencem às autarquias e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público é imune ao Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) quando esses veículos estão vinculados às finalidades essenciais dessas entidades ou às atividades decorrentes dessas finalidades.

*Art. 4º É imune ao imposto a propriedade de veículos automotores que integrem o patrimônio:*

*II - das autarquias e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, no que se refere aos veículos vinculados às suas finalidades essenciais ou às delas decorrentes;*

Portanto, o gabarito é ERRADO.

**Gabarito: ERRADO**

**09. Conforme a Lei nº 4.548/1992, que trata do IPVA no estado do Piauí, avalie o item subsequente:  
É isenta do IPVA a propriedade sobre veículos do Corpo Diplomático acreditado junto ao Governo brasileiro.**

## Comentários:

Perfeito. O Inciso I do Artigo 5º estabelece que a propriedade de veículos do Corpo Diplomático acreditado junto ao Governo brasileiro é isenta do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA). Isso significa que os veículos utilizados pelos membros do Corpo Diplomático estrangeiro que estão credenciados e atuam no Brasil estão isentos do pagamento do IPVA.

*Art. 5º É isenta do imposto a propriedade sobre:  
I - veículos do Corpo Diplomático acreditado junto ao Governo brasileiro*

Portanto, o gabarito é CERTO.

**Gabarito: CERTO**

**10. Conforme a Lei nº 4.548/1992, que trata do IPVA no estado do Piauí, avalie o item subsequente:  
É isenta do IPVA a propriedade sobre veículos do tipo ambulância e os de uso no combate a incêndio, desde que não haja cobrança por esses serviços, em quaisquer hipóteses.**

## Comentários:

Perfeito. O Inciso IV do Artigo 5º estabelece que são isentos do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) os veículos do tipo ambulância e aqueles utilizados no combate a incêndios, desde que não haja cobrança por esses serviços em nenhuma circunstância.

Essa isenção abrange veículos essenciais para serviços de emergência e segurança, como ambulâncias e veículos de combate a incêndios, que desempenham papéis cruciais na preservação da vida e da segurança pública.

*Art. 5º É isenta do imposto a propriedade sobre:  
IV - veículos do tipo ambulância e os de uso no combate a incêndio, desde que não haja cobrança por esses serviços, em quaisquer hipóteses;*

Portanto, o gabarito é CERTO.

**Gabarito: CERTO**

**11. Conforme a Lei nº 4.548/1992, que trata do IPVA no estado do Piauí, avalie o item subsequente:**

**É isenta do IPVA a propriedade sobre veículos de fabricação nacional especialmente adaptados para deficientes físicos, limitado o benefício a um veículo por beneficiário.**

## Comentários:

Perfeito. O Inciso VII do Artigo 5º estabelece que os veículos de fabricação nacional especialmente adaptados para deficientes físicos são isentos do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), limitando o benefício a um veículo por beneficiário.

Essa isenção tem o propósito de apoiar e facilitar a mobilidade de pessoas com deficiência física, reduzindo o ônus financeiro associado à propriedade de um veículo adaptado para atender às suas necessidades específicas de locomoção. O benefício é concedido a veículos fabricados no país que passaram por adaptações especiais para atender às exigências e conforto dos deficientes físicos.

*Art. 5º É isenta do imposto a propriedade sobre:*

*VII - veículos de fabricação nacional especialmente adaptados para deficientes físicos, limitado o benefício a um veículo por beneficiário;*

Portanto, o gabarito é CERTO.

**Gabarito: CERTO**

**12. Conforme a Lei nº 4.548/1992, que trata do IPVA no estado do Piauí, avalie o item subsequente:**

**É isenta do IPVA a propriedade sobre veículos de uso terrestre com mais de 15 (quinze) anos de fabricação.**

## Comentários:

Perfeito. O Inciso XII do Artigo 5º estabelece que são isentos do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) os veículos de uso terrestre com mais de 15 anos de fabricação.

Essa isenção para veículos com mais de 15 anos de fabricação pode ter como objetivo incentivar a manutenção e a circulação de veículos mais antigos, considerando que esses veículos geralmente têm um valor de mercado menor e podem representar um custo mais significativo para os proprietários em termos de manutenção e impostos.

*Art. 5º É isenta do imposto a propriedade sobre:*

*XII - veículos de uso terrestre com mais de 15 (quinze) anos de fabricação.*

Portanto, o gabarito é CERTO.

**Gabarito: CERTO**

**13. Conforme a Lei nº 4.548/1992, que trata do IPVA no estado do Piauí, avalie o item subsequente:**

**O requerimento de reconhecimento da isenção do imposto para o qual o interessado faça prova do preenchimento das condições e do cumprimento de seus requisitos deverá ser formalizado antes da expiração de cada período corrente.**

## Comentários:

Perfeito. O parágrafo 5º estabelece que o pedido de reconhecimento da isenção do imposto, para o qual o interessado deve comprovar o preenchimento das condições e o cumprimento dos requisitos, deve ser formalizado antes do término de cada período em curso.

Essa disposição indica que os solicitantes que desejam obter a isenção do imposto devem apresentar a documentação necessária e comprovar que atendem aos critérios estabelecidos antes de expirar o período atual. Isso implica que o requerimento deve ser feito dentro de um prazo específico, antes do final do período vigente, para garantir que a isenção seja aplicada corretamente e dentro das condições estabelecidas pela legislação tributária.

*Art. 5º É isenta do imposto a propriedade sobre:*

*§ 5º O requerimento de reconhecimento da isenção do imposto para o qual o interessado faça prova do preenchimento das condições e do cumprimento de seus requisitos deverá ser formalizado antes da expiração de cada período corrente;*

Portanto, o gabarito é CERTO.

## Gabarito: CERTO

**14. Conforme a Lei nº 4.548/1992, que trata do IPVA no estado do Piauí, avalie o item subsequente:**

**Compete ao Gerente Regional da circunscrição fiscal do contribuinte, mediante requerimento do proprietário do veículo ou responsável, instruído com os documentos comprobatórios da propriedade, ou responsabilidade, e do atendimento aos requisitos exigidos, e à vista, se necessário, de parecer da Unidade de Administração Tributária da Secretaria da Fazenda, reconhecer a imunidade, a isenção ou a dispensa do pagamento.**

## Comentários:

Perfeito. O Artigo 6º atribui ao Gerente Regional da circunscrição fiscal do contribuinte a competência para reconhecer, mediante requerimento do proprietário do veículo ou responsável, a imunidade, a isenção ou a dispensa do pagamento do imposto sobre a propriedade de veículos automotores. Para isso, o requerimento deve ser acompanhado dos documentos comprobatórios da propriedade ou responsabilidade sobre o veículo,

assim como da demonstração do atendimento aos requisitos exigidos para a aplicação da imunidade, isenção ou dispensa.

*Art. 6º Compete ao Gerente Regional da circunscrição fiscal do contribuinte, mediante requerimento do proprietário do veículo ou responsável, instruído com os documentos comprobatórios da propriedade, ou responsabilidade, e do atendimento aos requisitos exigidos, e à vista, se necessário, de parecer da Unidade de Administração Tributária da Secretaria da Fazenda, reconhecer a imunidade, a isenção ou a dispensa do pagamento.*

Portanto, o gabarito é CERTO.

### Gabarito: CERTO

**15. Conforme a Lei nº 4.548/1992, que trata do IPVA no estado do Piauí, avalie o item subsequente: São responsáveis, subsidiariamente, pelo pagamento do imposto e acréscimos devidos o adquirente ou remitente de veículo automotor, em relação aos tributos devidos pelo anterior ou anteriores proprietários, concernentes à propriedade de veículo automotor adquirido ou remido.**

### Comentários:

“São responsáveis, **subsidiariamente**, pelo pagamento do imposto e acréscimos devidos o adquirente ou remitente de veículo automotor, em relação aos tributos devidos pelo anterior ou anteriores proprietários, concernentes à propriedade de veículo automotor adquirido ou remido.”

O Inciso I do Artigo 8º estabelece que o adquirente ou remitente de um veículo automotor é responsável solidariamente pelo pagamento do imposto e acréscimos devidos em relação aos tributos que eram devidos pelos proprietários anteriores do veículo, referentes à propriedade do veículo automotor adquirido ou remido. Essa responsabilidade solidária significa que tanto o antigo proprietário quanto o novo proprietário do veículo são considerados responsáveis pelo pagamento dos impostos devidos até o momento da transferência da propriedade.

*Art. 8º São responsáveis, solidariamente, pelo pagamento do imposto e acréscimos devidos:*

*I - o adquirente ou remitente de veículo automotor, em relação aos tributos devidos pelo anterior ou anteriores proprietários, concernentes à propriedade de veículo automotor adquirido ou remido;*

Portanto, o gabarito é ERRADO.

### Gabarito: ERRADO

16. Conforme a Lei nº 4.548/1992, que trata do IPVA no estado do Piauí, avalie o item subsequente: Responsáveis pelo imposto são as pessoas físicas ou jurídicas proprietárias de veículos automotores sujeitos a registro ou licenciamento neste Estado.

## Comentários:

“**Responsáveis** pelo imposto são as pessoas físicas ou jurídicas proprietárias de veículos automotores sujeitos a registro ou licenciamento neste Estado.”

Artigo 7º estabelece que os contribuintes do imposto sobre a propriedade de veículos automotores são as pessoas físicas ou jurídicas que são proprietárias de veículos automotores sujeitos a registro ou licenciamento no estado em questão.

Isso significa que aqueles que possuem a propriedade legal de um veículo automotor que precisa ser registrado ou licenciado no estado em questão são considerados contribuintes desse imposto específico.

*Art. 7º Contribuintes do imposto são as pessoas físicas ou jurídicas proprietárias de veículos automotores sujeitos a registro ou licenciamento neste Estado.*

Portanto, o gabarito é ERRADO.

**Gabarito: ERRADO**

17. Conforme a Lei nº 4.548/1992, que trata do IPVA no estado do Piauí, avalie o item subsequente: O IPVA, devido mensalmente, será lançado de ofício ou, na falta de iniciativa da autoridade competente, por homologação.

## Comentários:

“O IPVA, devido **mensalmente**, será lançado de ofício ou, na falta de iniciativa da autoridade competente, por homologação.”

O Artigo 10 estabelece que o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), que é devido anualmente, será lançado de ofício pela autoridade competente ou, na ausência de iniciativa por parte dessa autoridade, poderá ser lançado por homologação.

Nesse contexto, o lançamento "de ofício" significa que a autoridade fiscal competente é responsável por iniciar e realizar o lançamento do imposto devido sem que haja a necessidade de uma ação ou pedido específico do contribuinte. Por outro lado, o lançamento por "homologação" ocorre quando o contribuinte realiza o pagamento do imposto com base em sua própria declaração, sendo posteriormente homologado ou confirmado pela autoridade fiscal.

*Art. 10. O IPVA, devido anualmente, será lançado de ofício ou, na falta de iniciativa da autoridade competente, por homologação.*

Portanto, o gabarito é ERRADO.

**Gabarito: ERRADO**

**18. Conforme a Lei nº 4.548/1992, que trata do IPVA no estado do Piauí, avalie o item subsequente: Os contribuintes que não concordarem com o lançamento efetuado pela Fazenda Estadual, poderão reclamar no prazo de 30 (trinta) dias contados do recebimento do aviso ou da ciência, por qualquer via, da Notificação de Lançamento.**

## Comentários:

Perfeito. O parágrafo 5º estabelece que os contribuintes que não concordarem com o lançamento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) realizado pela Fazenda Estadual têm o direito de contestar esse lançamento. Eles podem apresentar uma reclamação no prazo de 30 dias, contados a partir do recebimento do aviso ou da ciência, por qualquer meio, da Notificação de Lançamento do imposto.

*Art. 10. O IPVA, devido anualmente, será lançado de ofício ou, na falta de iniciativa da autoridade competente, por homologação.*

*§ 5º Os contribuintes que não concordarem com o lançamento efetuado pela Fazenda Estadual, poderão reclamar no prazo de 30 (trinta) dias contados do recebimento do aviso ou da ciência, por qualquer via, da Notificação de Lançamento.*

Portanto, o gabarito é CERTO.

**Gabarito: CERTO**

**19. Conforme a Lei nº 4.548/1992, que trata do IPVA no estado do Piauí, avalie o item subsequente:**

**A base de cálculo do IPVA é, para veículo novo, o valor venal constante da nota fiscal ou do documento que represente a transmissão da propriedade, não podendo esse valor ser inferior ao preço de mercado.**

### Comentários:

---

Perfeito. O Inciso I do Artigo 11 estabelece a base de cálculo do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) para veículos novos. De acordo com esse inciso, a base de cálculo do imposto para um veículo novo é o valor venal constante da nota fiscal ou do documento que representa a transmissão da propriedade. Esse valor não pode ser inferior ao preço de mercado do veículo.

Essa definição significa que, ao calcular o IPVA para um veículo novo, o valor a ser considerado como base para o imposto é o valor venal indicado na nota fiscal de compra do veículo ou em outro documento oficial que comprove a transmissão da propriedade. Esse valor venal não pode ser inferior ao preço de mercado do veículo, garantindo que o imposto seja calculado com base em um valor justo e realista, de acordo com o valor que o veículo representaria no mercado no momento da transação.

*Art. 11. A base de cálculo do imposto é:*

*I - para veículo novo, o valor venal constante da nota fiscal ou do documento que represente a transmissão da propriedade, não podendo esse valor ser inferior ao preço de mercado;*

Portanto, o gabarito é CERTO.

**Gabarito: CERTO**

**20. Conforme a Lei nº 4.548/1992, que trata do IPVA no estado do Piauí, avalie o item subsequente:**

**A base de cálculo do IPVA é, para veículo usado, o valor venal usualmente praticado no mercado.**

### Comentários:

---

Perfeito. O Inciso II do Artigo 11 estabelece a base de cálculo do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) para veículos usados. Segundo esse inciso, a base de cálculo do imposto para um veículo usado é o valor venal usualmente praticado no mercado.

Isso significa que, ao calcular o IPVA para um veículo usado, o valor a ser considerado como base para o imposto é o valor venal que é normalmente praticado no mercado para veículos similares. Esse valor venal usualmente praticado no mercado serve como uma referência para determinar o valor do veículo usado e, conseqüentemente,

o valor sobre o qual o imposto será calculado.

*Art. 11. A base de cálculo do imposto é:*

*II - para veículo usado, o valor venal usualmente praticado no mercado.*

Portanto, o gabarito é CERTO.

**Gabarito: CERTO**

#### **O que você achou deste e-book?**

Sua opinião é muito importante para nós! Conte-nos como foi sua experiência de estudo com este e-book.

<https://forms.gle/2wX6PbeYVn6t2qnH8>

#### **Não é assinante?**

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<https://bit.ly/Estrategia-Assinaturas>

#### **Conheça nosso sistema de questões!**

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>

